



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**  
**CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL - ESS**

**BEATRIZ SANTANA DA SILVA**

**ASPECTOS DA CONSTRUÇÃO SIMBÓLICA DA PORNOGRAFIA AUDIOVISUAL**

**Orientadora: Profa. Dra. Marina Machado Gouvêa**

**Coorientadora: Ms. Camila Carduz Rocha**

**Rio de Janeiro**

**2021**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**  
**CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL - ESS**

**BEATRIZ SANTANA DA SILVA**

**ASPECTOS DA CONSTRUÇÃO SIMBÓLICA DA PORNOGRAFIA AUDIOVISUAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro para conclusão de graduação sob orientação da Profa. Dra. Marina Machado Gouvêa.

**Rio de Janeiro**

**2021**

**BEATRIZ SANTANA DA SILVA**

**ASPECTOS DA CONSTRUÇÃO SIMBÓLICA DA PORNOGRAFIA AUDIOVISUAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Escola de Serviço Social da Universidade  
Federal do Rio de Janeiro para conclusão de  
graduação sob orientação da Profa. Dra.  
Marina Machado Gouvêa

Aprovada em

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Marina M. Gouvêa (orientadora)

---

Assist. Social Ms. Camila Carduz Rocha (Coorientadora)

---

Profa. Dra. Mossicleia Mendes

## **AGRADECIMENTOS**

À Rosineide Santana, por todo amor, cuidado e apoio incondicional.

Minhas conquistas não seriam possíveis sem você, mãe. É tudo por nós.  
Seu exemplo guiou meu caminho e me direcionou para o lugar que estou hoje.

Sem a sua força, me faltaria coragem. Obrigada.

À Maria Clara Almeida, pela irmandade e prontidão em todos os momentos  
em que precisei de suporte. Seu incentivo foi elementar na escolha do tema

desta monografia. Obrigada por tudo que você representa e

por tudo que já me ensinou até aqui.

À Yasmin Lemos, por toda parceria, cumplicidade e reciprocidade. Nossa amizade foi  
o melhor presente que a graduação me proporcionou. Obrigada por ter me escolhido e por  
permanecer ao meu lado apesar de todos os contratemplos.

Às minhas orientadoras Josefina Mastropaolo, Marina Gouvêa e Camila Carduz, por  
todos os ensinamentos, trocas e acolhimento frente a todas as dificuldades que surgiram na  
construção desta monografia. E especialmente, por terem sido excepcionais mesmo com todos  
os limites de comunicação do ensino remoto, por conta da pandemia de COVID-19.

Meu muito obrigada a todas vocês.

## RESUMO

Dialogando com a perspectiva teórico-metodológica do materialismo histórico-dialético, este trabalho busca um contato inicial de estudo acerca da construção simbólica da pornografia, com foco específico na pornografia audiovisual. A análise irá abordar os conceitos de “erótico” e “pornográfico”, os aspectos do surgimento e desenvolvimento da pornografia a partir de seu entendimento como tal na sociedade capitalista, até o cenário contemporâneo, juntamente com algumas modificações das produções pornográficas audiovisuais em suas formas de representar a sexualidade e práticas sexuais. Serão observados os atravessamentos das opressões de gênero e raça nas representações de corpos e sexualidades construídas na pornografia audiovisual, juntamente com alguns dos principais argumentos da discussão feminista acerca da pornografia, apresentando diferentes discursos que se colocam contra e a favor da indústria do sexo.

Palavras-chave: Pornografia; Gênero; Feminismo;

## **LISTA DE SIGLAS**

BDSM - Bondage, Disciplina, Dominação, Submissão, Sadismo e Masoquismo

FPA – Prêmio Feminista de Pornografia

HIV – Vírus da imunodeficiência humana

LGBTQIA+ - Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, queer, intersexo e assexuais

WAP – Mulheres contra a pornografia

WAVPM – Mulheres contra a violência na pornografia e na mídia

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	8
<b>CAP. 1 – EROTISMO, PORNOGRAFIA E OBSCENIDADE: O EROTISMO DA ELITE E O PORNÔ DAS MASSAS</b> .....	15
1.1. “Pornográfico” e “erótico” não são o mesmo .....	15
1.2. A moral burguesa e o estabelecimento do “certo” e “errado” .....	20
<b>CAP. 2 - SURGIMENTO E PERCURSO DO CINEMA PORNOGRÁFICO (soft e hard core)</b> .....	23
2.1. O gênero pornográfico como gênero do cinema nos EUA .....	23
2.1.1 Os <i>Stag Movies</i> .....	24
2.1.2. A entrada gradual da nudez no cinema tradicional .....	26
2.2 O <i>Soft</i> e o <i>hard core</i> no Brasil .....	30
2.2.1. As pornochanchadas e a Boca do Lixo .....	32
2.3 A indústria pornográfica hoje - Estatísticas.....	35
<b>CAP. 3 - REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO NA PORNOGRAFIA AUDIOVISUAL MAINSTREAM CONTEMPORÂNEA</b> .....	40
3.1. O <i>mainstream</i> e a coreografia da pornografia .....	40
3.2. Heteronormatividade e a subalternização do prazer feminino .....	42
3.3. Racismo e pornô <i>mainstream</i> .....	43
3.4. Corpos e violências .....	45
<b>CAP. 4 - FEMINISMOS E ALGUNS DOS DISTINTOS POSICIONAMENTOS SOBRE A PORNOGRAFIA</b> .....	49
4.1 A assim chamada “Revolução Sexual” de 1960 .....	51
4.2 Feminismos e pornografia: um debate político.....	53
4.3. A pornografia feminista .....	64
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	71
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	74

## INTRODUÇÃO

O modo de produção capitalista, que sucedeu o modo de produção feudal no ocidente e se consolidou na passagem do século XVIII ao XIX, hoje é predominante em escala mundial. Atualmente, esse sistema não se confronta com nenhum desafio externo à sua própria dinâmica de funcionamento, subordinando modos de produção precedentes. No início do século XXI, esse modo de produção já se estabelece dominante em todo o mundo, configurando-se enquanto um sistema planetário. Sua dinâmica de acumulação é marcada, simultaneamente, por um enorme crescimento da riqueza social e um igualmente enorme crescimento da pobreza. (NETTO, BRAZ, 2010)

O sexo e o prazer enquanto mercadorias em si não são fatores novos do fim do século XIX. No entanto, é a partir do desenvolvimento do capitalismo que esses elementos enquanto mercadorias assumem formatos e padrões particulares, destacando-se com novas características: a ampliação da produção e do consumo, unidas a um afastamento da pornografia como forma de crítica social, muito presente em algumas expressões anteriores. A sociedade capitalista é, antes de tudo, mercantil. Logo, uma nova forma de tratar o sexo pode também significar um “novo negócio”. Nesse sentido, o prazer passa a ser consumido e vendido de diferentes formas, inserido numa indústria que constrói sólidas bases e visa, sobretudo, o lucro.

A indústria do sexo não é única. Ou seja, ela não agrupa todos os tipos de trabalho sexual e expressões da sexualidade. A pornografia, mais especificamente o pornô *mainstream*, se encaixa aqui como uma das centenas de ramificações que compõem esse universo, igualmente como *sex shops*, clubes de entretenimento adulto, garotas de programa, acompanhantes, dançarinas, *camgirls* (*performers* de *webcams*) dentre muitos outros. Portanto, a ampla variedade de trabalho sexual existente demonstra ser inadequado afirmar a existência de uma única indústria do sexo, pois, além de resultar numa análise rasa e bidimensional, esse tipo de afirmativa daria forças à ideia de que todo tipo de venda de sexo é sempre resultado de violência, perversão ou desespero (GRANT, 2021).

Com o desenvolvimento da indústria cultural, a pornografia e suas várias formas (revistas, filmes, vídeos) são traduzidas em produtos de acordo com os princípios de produção em massa. Desse modo, a indústria pornográfica organiza modos de comercializar produtos, o que torna relevante direcionar a atenção para seus processos de produção, consumo, representações de gênero, sexualidade e práticas sexuais. A pornografia aqui está definida



como qualquer material que contenha exposição explícita de atos sexuais ou órgãos genitais, direcionada a criar ou aumentar excitação sexual em seu/sua espectador/a.

Dialogando com a perspectiva teórico-metodológica do materialismo histórico-dialético, este trabalho está delimitado na realização de um estudo inicial acerca da construção simbólica da pornografia, com foco específico na pornografia audiovisual. A dificuldade de acesso a fontes bibliográficas de concepção teórico-metodológica marxista dificultou uma análise propriamente marxista histórico-dialética, considerando tratar-se de um trabalho de conclusão de curso. Na medida do possível, contudo, buscamos confrontar as fontes utilizadas partindo desta perspectiva.

Serão abordados na análise alguns aspectos do surgimento e desenvolvimento da pornografia até o cenário contemporâneo, juntamente com algumas das transformações em sua produção e consumo e com reflexões sobre as formas de representação da sexualidade e práticas sexuais retratadas na pornografia audiovisual *mainstream*. Os principais impactos da chamada “Revolução Sexual” de 1960 na “liberação sexual”, no avanço dos direitos sexuais e reprodutivos e na desestigmatização de práticas e orientações sexuais tidas como desajustadas ou nocivas também serão abordados, assim como alguns dos principais argumentos da discussão feminista acerca da indústria pornográfica, apresentando discursos contra e a favor da pornografia (uma breve indicação do que é apresentado em cada capítulo será feita mais adiante nesta introdução).

Esclareço que, no decorrer do trabalho, as menções a mulheres, prostitutas ou atrizes pornográficas se referem especificamente a mulheres cis gênero. Esse fator não está relacionado ao não reconhecimento da importância da discussão da indústria pornográfica a partir da lógica não-binária ou das mulheres transgênero, no entanto, tal análise exigiria estudos mais aprofundados sobre o tema e particularidades que fogem do escopo desta monografia. Tampouco será realizada uma pesquisa ampla sobre todos os tipos de trabalho sexual existentes na indústria do sexo, pois isso também fugiria ao escopo desta monografia e a nossas limitações de tempo e de recursos. Também não entrarei no debate acerca da pornografia infantil e do abuso sexual, pois entendo que tais questões envolvem complexidade ainda maior, além de se tratarem de crimes previstos em lei, distinguindo-se em alguma medida das discussões que pretendo desenvolver neste trabalho. Não será possível, ainda, aprofundar neste momento o importante debate sobre a relação entre a indústria do sexo, a pornografia audiovisual, a prostituição e o tráfico de mulheres.

Apesar da escolha do materialismo histórico-dialético como perspectiva teórico-metodológica de pesquisa, a disponibilidade de material bibliográfico compatível e que abordasse as questões de gênero e sexualidade a partir dessa perspectiva teórica e política foi bastante escassa, sendo uma das dificuldades encontradas no decorrer da construção do trabalho. Somado a isso, a impossibilidade de busca por referencial bibliográfico em espaços físicos, devido às restrições de distanciamento social impostas pela pandemia de COVID-19 foi outro fator complicador, restando-me somente o acesso à bibliografia disponível *online* e a alguns livros que adquiri. Tendo isso em vista, foram utilizadas referências de outras perspectivas teórico-metodológicas na construção deste estudo, com a tentativa de empregá-las com a devida análise crítica.

A partir do que se propõe analisar este trabalho, e observando todo o percurso do cinema pornográfico até as formas que a pornografia adquiriu nos dias atuais, foi possível identificar, num primeiro ponto, que o sexo enquanto mercadoria não é um elemento que surge a partir das configurações da sociabilidade capitalista, mas sim que adquire novas formas de venda e consumo a partir da emergência desse modo de produção, que tem como um dos elementos centrais de seu processo de existência a generalização da mercantilização. A pornografia, por estar ocupando cada vez mais espaço em nossa cultura, tem gradualmente ultrapassado o lugar daquilo que “não deve ter mencionado”, passando a ser algo com o qual aceitamos conviver e cuja influência reconhecemos em vários aspectos das relações sociais e interpessoais.

Desde seu início, as primeiras produções e representações dos corpos e práticas sexuais em curtas e longas-metragens pornográficos eram construídos e direcionados ao consumo do público masculino heterossexual e, conseqüentemente, a mulher é inserida nesse contexto como elemento de satisfação dos desejos masculinos. Para além disso, perdura ainda nos dias atuais o acesso à pornografia, sobretudo a *hard core*, como uma maneira de explorar e descobrir a aparência e fisionomia dos corpos e práticas sexuais, principalmente aquelas tidas como não convencionais no universo heterossexual.

Os avanços tecnológicos e dos movimentos sociais também estiveram diretamente conectados às novas configurações que a indústria adquiriu ao longo dos anos, merecendo destaque a transição do cinema ao vídeo através das fitas VHS e logo após a sua disponibilidade em plataformas da internet, bem como o surgimento da pílula anticoncepcional. A “Revolução Sexual” da década de 1960 também se destaca, por sua forte influência na efervescência dos debates contra a censura e na defesa da liberdade sexual, o

que contribuiu para o processo de legalização da pornografia algum tempo depois. De 1970 em diante, novas estéticas de vídeo e novos padrões de corpos surgiram, fazendo emergir um novo padrão estético de atriz pornô e uma nova forma de produzir pornografia. Neste ponto, observa-se como a pornografia audiovisual *mainstream* influencia em certa medida a construção da percepção dos corpos femininos que são belos e desejáveis, sendo o padrão predominante o do corpo branco e magro.

A pornografia condensa diversas questões relativas a problemáticas estruturais de gênero, raça e classe, fator que, num primeiro olhar superficial sobre a temática, pode não ser percebido. A partir da discussão sobre o que é “erótico” e o que é “pornográfico”, fica clara a diferenciação intencional por meio da distinção social, demarcando aquilo que deve ser direcionado ao consumo da elite e ao consumo da classe periférica. Essa hierarquização se dá em vários outros âmbitos da sociabilidade capitalista, e reflete uma das principais características da sociedade de classes, na qual determinados bens e itens de consumo são exclusivos para o grupo que detém o poder econômico.

A questão racial também fica evidente quando se observa as subclassificações presentes nos mais diversos sites pornográficos, nos quais a categoria “inter-racial” existe especificamente para destacar o sexo entre pessoas de diferentes raças/etnias, bem como categorias de pornô especificamente racializadas, o que contribui em certo grau para a potencialização de estereótipos atribuídos à personalidade e ao físico de mulheres negras, latinas, asiáticas, dentre outras mulheres não-brancas. Além de também contribuir para a sexualização do homem negro, uma vez que o grande destaque dos vídeos pornô *mainstream* com esses atores é a ênfase no comprimento do pênis, destacado inclusive na descrição dos vídeos.

A passagem das discussões e debates sobre sexo e sexualidade do âmbito privado para o âmbito público é um dos movimentos que possibilita a construção de novas teorizações e contribuições acerca da sexualidade, bem como repensar estigmas impostos socialmente a determinados grupos, sobretudo a aqueles que têm sua sexualidade marginalizada e enquadrada como inadequada. Nesse aspecto, é importante o fato de que o movimento feminista (e os muitos feminismos) incluiu em suas pautas o debate acerca desse tema e, sobretudo, acerca da pornografia, entendendo que a mesma atravessava diretamente os debates sobre o corpo feminino, as representações de gênero, a violência, a exploração, dentre outras questões.

Portanto, esta pesquisa é relevante para o Serviço Social, primeiramente porque o processo de trabalho do Serviço Social encontra-se organicamente vinculado às configurações estruturais e conjunturais da “questão social” – fundamento básico de sua existência - e às formas históricas de seu enfrentamento, que são permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado. Logo, as condições que circunscrevem o trabalho do Assistente Social expressam a dinâmica das relações sociais vigentes na sociedade (IAMAMOTO, 2009). No entanto, o processo de reprodução das relações sociais não engloba somente a reprodução da força viva de trabalho e os meios objetivos de produção, mas também envolve a reprodução de formas de consciência social - a reprodução das forças produtivas sociais do trabalho e das relações de produção na sua globalidade -, envolvendo sujeitos e suas lutas sociais, as relações de poder e os antagonismos de classes (IAMAMOTO, CARVALHO, 2005). Dessa forma, o processo de reprodução das relações sociais é também a criação de novas necessidades e novas forças produtivas do trabalho nas quais se aprofundam as desigualdades, e partir disso são criadas também novas relações sociais entre os seres humanos na luta pela hegemonia entre as diferentes classes (burguesia e proletariado) e grupos na sociedade.

Além disso, o projeto ético-político da categoria reafirma a importância de pensar e repensar o cotidiano, expressa o compromisso com a autonomia, com a emancipação e com a plena expansão dos indivíduos sociais e, conseqüentemente, “o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero.” (NETTO, 1999 apud. TEIXEIRA, BRAZ, 2009).

Desse modo, o estudo acerca das questões que envolvem gênero, raça, classe e sexualidade é relevante porque, no desempenho da prática profissional, lidamos diretamente com as dimensões que envolvem esses elementos em nossa intervenção e em nossas análises da realidade social, afirmando a indissociabilidade entre gênero, raça e classe e compreendendo que as construções e hierarquias de gênero e padrões de sexualidades socialmente estabelecidos se organizam na sociabilidade capitalista e perpassam as expressões da questão social, impactando diretamente nas demandas que são apresentadas a nós pelos usuários.

Assim, no primeiro capítulo deste trabalho iremos explorar os conceitos que cercam a pornografia e o erotismo na história, analisando criticamente algumas das demarcações dadas a esses dois termos, no intuito de criar a diferenciação entre os grupos a partir da distinção social. Sendo o “erótico” classificado enquanto legítimo, belo e refinado, associado ao que é

consumido e direcionado explicitamente à classe dominante, e o “pornográfico”, como aquilo que é transgressivo e grosseiro, direcionado ao consumo da classe periférica.

No segundo capítulo, será traçada uma breve linha histórica do percurso do cinema pornográfico e de seu desenvolvimento desde suas primeiras produções até os dias atuais. Essa análise será construída principalmente a partir da produção e exibição do cinema estadunidense e brasileiro. Nessa perspectiva, serão abordados os primeiros filmes de curta-metragem pornográficos ilegais – os *stag movies* –, os filmes “eróticos” mascarados como naturalistas ou científicos, o movimento da ampliação gradual da permissividade na produção do cinema tradicional e as modificações estéticas ocorridas nas produções. Trarei também uma breve análise do Brasil enquanto produtor e exibidor de filmes pornográficos nacionais e estrangeiros com a produtora Boca do Lixo, e a partir das pornochanchadas como ponto de partida do avanço para os filmes *hard core* brasileiros, influenciados pelas produções pornográficas estadunidenses. Serão apresentados também alguns dados disponíveis na internet relativos à indústria pornográfica que traduzem e explicitam algumas questões referentes ao consumo e aos consumidores do material pornográfico disponível *online*, bem como seu lugar na sociabilidade contemporânea, enquanto indústria que usa o sexo como mercadoria no objetivo de obtenção de lucros.

No terceiro capítulo, serão analisadas as representações de gênero reproduzidas e construídas pela pornografia audiovisual *mainstream*, indicando como esse subgênero pornográfico prioriza a representação do sexo “legítimo”, ou seja, das práticas sexuais que não fogem do padrão heteronormativo socialmente aceito, mesmo quando parecem fazê-lo. Buscaremos também explicitar como as narrativas e produções pornográficas audiovisuais sempre foram construídas a partir da lógica machista e misógina, perpassadas pelo racismo e subalternização do prazer feminino.

No quarto e último capítulo, traremos os desdobramentos e avanços da “Revolução Sexual” de 1960 marcada pelas reivindicações das chamadas minorias sociais e da comunidade LGBTQIA+, o progresso no que diz respeito aos direitos sexuais e reprodutivos e sua relação como berço da efervescência do debate feminista acerca da sexualidade e da pornografia. Será também abordado esse debate feminista a respeito da pornografia, destacando os argumentos contra e favor da produção, venda e consumo de material pornográfico, num embate entre vertentes feministas classificadas como liberais e radicais, bem como com outros posicionamentos. E, por fim, discorro sobre a pornografia feminista, que propõe a produção de filmes e vídeos que centralizem o prazer feminino. Esse subgênero

pornográfico também se propõe a produzir uma nova forma de representar os gêneros e as práticas sexuais, sobretudo aquelas enquadradas enquanto “não saudáveis” e “prejudiciais” na lógica capitalista ocidental heteronormativa e racista. Mas que, enquanto subgênero pornográfico inserido na lógica de produção em massa da indústria pornográfica, também é passível a críticas.

## **CAP. 1 – EROTISMO, PORNOGRAFIA E OBSCENIDADE: O EROTISMO DA ELITE E O PORNÔ DAS MASSAS**

Neste primeiro capítulo faremos um resgate histórico do surgimento das primeiras formas daquilo que hoje chamamos de erótico e pornográfico, explicitando como esses dois termos foram construídos a partir de diferentes posições de poder e são atravessados pela disputa de demarcação das sexualidades e práticas sexuais que devem ser consideradas legítimas no contexto da sociabilidade capitalista.

### **1.1. “Pornográfico” e “erótico” não são o mesmo**

Originalmente, a palavra pornografia deriva dos vernáculos gregos porn(o) (prostituta) e graphein (escrever, gravar), significando literalmente “escritos sobre prostitutas”, referindo-se à descrição dos costumes de prostitutas e de seus clientes (Abreu, 2012: 21). De acordo com o Dicionário Michaelis da Língua Portuguesa, a palavra pornografia é definida como: “qualquer coisa (arte, literatura etc.) que vise explorar o sexo de maneira vulgar e obscena”; “tratado acerca da prostituição”; “coleção de pinturas ou gravuras obscenas”. O significado presente nos dicionários faz referência à vulgaridade e à capacidade de motivar ou explorar a sexualidade dos indivíduos.

Segundo Abreu (2012), no século XIX houve a primeira aparição do termo ‘erotismo’, a partir do adjetivo ‘erótico’, este também mais antigo e derivado do deus grego do amor e do desejo sexual, Eros. O segredo é um conceito recorrente em autores diversos a respeito de erotismo e pornografia, onde “o erótico e o pornográfico são percebidos como uma espécie de revelação de alguma coisa que não deveria ser exposta.” (ABREU, 2012, p. 22).

No entanto, existe uma grande diferenciação implícita e sutil entre ambos os termos, pois ainda que os dois sejam utilizados para definir um conjunto de sensações, ideias, sentimentos e atitudes relacionadas à temática da sexualidade, a concepção de uma representação de sexualidade “erótica” em nada se aproxima da representação do que seria uma sexualidade “pornográfica”. O erótico é permeado de sensualidade, sutileza, é sentimental, delicado, sugestivo, beirando a espiritualidade. Representa uma tensão sexual implícita que não é exibida abertamente. Já o pornográfico é lascivo, transgressor, grosseiro, imoral, que transforma o sexo em mercadoria de consumo e está conectado ao mundo da prostituição.

Tudo o que existe de explicitação da carne na pornografia torna-se quase uma intenção da alma no erotismo. Um exemplo dessa concepção pode ser encontrado em Roland Barthes, ao afirmar ser a diferença entre “pornográfico” e “erótico” justamente o fato de o segundo “insinuar” mais do que “demonstrar”. A foto erótica, (...) ao contrário, não faz do sexo um objeto central; ela pode muito bem não mostrá-lo. (...) a foto me induz a distinguir o desejo pesado, o da pornografia, do desejo leve, do desejo bom, o do erotismo. (BARTHES, 1984, p. 88 apud LEITE JR, 2006, p. 32.)

A história das noções contemporâneas de pornografia e erotismo deve ser buscada, portanto, na história do capitalismo.

Em seu início, a pornografia ultrapassava o caráter de unicamente excitar e estimular seu público com a exibição explícita do sexo. Esse é um conceito recente, datado somente do final do século XIX. Neste período, mais do que isso, a pornografia desafiava convenções políticas e sociais, logo, do século XVI até o século XIX, a obscenidade tem como uma de suas funções a crítica social e política (LEITE JR, 2006). As novas tecnologias de impressão criadas a partir do século XVI levaram ao aumento da produção de livros e gravuras obscenas, gerando conseqüentemente seu barateamento e, logo, aumento de seu público consumidor. Com isso, surge a preocupação social com as “terríveis conseqüências do conhecimento” fora das mãos da elite, seja ele religioso, político ou sexual. (LEITE JR, 2006).

Nesse contexto, as ideias contidas no material pornográfico distribuído eram, em sua maioria, impressas, no entanto, considerando que grande parte da população ainda era iletrada em meados do século XVIII, as imagens contiveram peso significativo no que diz respeito à disseminação de pornografia.

Foram produzidos nessa época muitos panfletos distribuídos à população, cujo mote principal eram as ilustrações político-sexuais produzidas. Esses panfletos costumavam retratar a realeza, fazendo analogias sexuais para dizer do poder que esta possuía. Como os registros verbais da literatura, essas ilustrações panfletárias também funcionavam ao modo da analogia pela metáfora. (FARIA, 2010, p. 56)

O controle da circulação e acesso a esses textos e imagens era feito principalmente por parte da realeza e das autoridades clericais, havendo também atuação da igreja católica, a qual construía listas com fins a coibir a leitura de livros ou materiais que fossem contra as crenças, costumes e a moral vigente. Para além da questão da moral, os livros pornográficos eram inseridos nestas listas também porque criticavam abertamente a igreja e aos valores morais e religiosos. Com isso, fica notável que o gênero pornográfico, nos primeiros séculos, pode ser



considerado um gênero de elite, uma vez que tinham seu acesso restrito somente a um grupo seleto de indivíduos. (FARIA, 2010).

Com as transformações sociais da época, marcada pela Revolução Francesa e a forte chegada da filosofia liberal, a burguesia ganha status de prevalência sobre as demais esferas sociais. Todo esse movimento de mudanças no âmbito social também são refletidos na pornografia, a qual passa a transmitir as transformações e valores que nesse momento se colocam como dominantes. Com o novo contexto burguês, a disseminação de pornografia passa agora a estar intimamente ligada à filosofia burguesa, passando a corroborar com o sistema, perdendo uma de suas características mais marcantes de expressar-se contra os valores políticos e sociais dominantes. (FARIA, 2010)

A pornografia começou paulatinamente a adquirir um rosto mais familiar ao que conhecemos. Desaparecem, por exemplo, a tônica irônica ou ácida que se imprimiam às críticas, porque as críticas sociais e políticas deixam de ter sentido. “O riso deixa de evocar a transgressão, tornando-se muito mais um sinal de 'simpatia' burguesa. A literatura, que antes era o principal locus no qual o gênero se fazia conhecer, sai de cena para dar lugar às imagens. A imagem pornográfica – seja no recorte da fotografia ou no movimento do vídeo e do cinema – talvez possa ser identificada como a própria pornografia contemporânea. (FARIA, 2010, p. 57).

Nesta nova fase, esses textos e, principalmente imagens, passam a trazer a analogia ao comportamento sexual para retratar o comportamento social urbano da época ou retratar um estilo de vida. O acesso a esses materiais também modifica-se, uma vez que inicialmente o demarcador do pornográfico era justamente a proibição do acesso do público em geral a tais conteúdos, ficando somente restrito a uma elite conhecedora da arte. Com a chegada dos grandes aglomerados urbanos em torno das fábricas, também surge o medo de que “as massas” se desviassem quando tivessem acesso a esse tipo de material, pois não acreditava-se que esses indivíduos possuíam conhecimento ou intelecto suficiente para lidar com tais informações. O Estado e a Igreja seguem regulando e controlando intensamente tais conteúdos, e a partir disso inicia-se a separação gradual entre materiais que teriam valor artístico, estético, educacional, e aquilo que é grosseiro, vazio e fútil.

Mas essas categorias pouco tinham a ver com a legitimidade ou ilegitimidade dos textos e imagens em si, mas sim sobre a possibilidade de disponibilização de acesso. Quanto mais pessoas pudessem acessá-lo, mais negativo o rótulo que geralmente se imprimia. Esses julgamentos e rotulações manifestavam uma presunção do status socioeconômico ou mesmo da corruptibilidade sobre aqueles que tinham acesso a esse material. Ao desvalorizar aquele material, rotulando-o como ilegítimo, não artístico, sem valor, sem qualidades, criava-se uma

maneira de manter uma grande parcela da população longe deste tipo de publicação. Era uma forma, portanto, de controle discursivo. (FARIA, 2010, p. 58)

Neste mesmo contexto, o crescente proletariado urbano que se desenvolvia e trabalhava nas fábricas expandiu sua alfabetização devido às novas exigências para o trabalho fabril, paralelamente, também se dava a ampliação e melhoria dos meios de comunicação e aprimoramento nas técnicas de impressão de imagens, dentre elas a fotografia e o cinema, que surgem nesse período. Conseqüentemente, a maior disponibilidade de material impresso possibilita que cada vez mais pessoas tenham acesso a conteúdo pornográfico, e cada vez mais a pornografia abandona sua característica verbal, e passa a dar maior enfoque às imagens. Com o aumento da demanda, a pornografia finalmente transforma-se em produto, “um bem cultural de massa, que a partir da disponibilidade de meios técnicos de reprodução ganha força e é disseminado e consumido” (FARIA, 2010, p. 59).

Nos dias atuais, é notável que ainda paira sobre o pornográfico uma espécie desse mesmo controle discursivo, o qual fica explícito nas diferenciações entre o “erótico” e o “pornográfico”, ou dentro do próprio pornô quando diferenciamos o “soft core” do “hard core”. Mais do que diferenciar um universo do outro, busca-se nessa distinção separar aquilo que deve ser validado publicamente, uma diferenciação qualitativa de indivíduos, de grupos estabelecidos, no intuito de comprovar que determinados grupos possuem hábitos e atitudes “saudáveis” para com o sexo e “deleitam-se” no erótico, enquanto os outros praticam o promíscuo. (LEITE JR, 2006, p. 32).

Como coloca Leite Júnior (2006), a cena de um pênis penetrando em uma vagina pode ter duas interpretações, a depender: caso a cena possua dos mais diversos aparatos técnicos e artísticos a fim de amenizar o impacto visual de tal imagem, será considerada erótica, pois a existência de “técnicas” e “conceitos” na obra inclina-se para o campo artístico. No entanto, se a mesma cena for exibida de maneira crua, explícita e esvaziada de idealização, será considerada pornográfica.

Nesta guerra simbólica pela legitimidade de representações e práticas sexuais na tentativa de delimitar o que e quais obras encaixam-se em cada rótulo, à pornografia foi reservado o lado ruim, enquanto o erótico ocupa o posto do que é legítimo, artístico, belo. Mascarado nesta disputa de determinações do que se enquadra ou não nos padrões sociais, está também a distinção de grupos sociais com base em consumo e gostos sexuais.

[...] o processo de dominação social ocorre não apenas por meios econômicos ou políticos, mas também simbólicos. As ações simbólicas exprimem sempre uma

posição social segundo uma lógica que é a mesma da estrutura social, a lógica da distinção. (BOURDIEU, 1982, p. 17 apud. LEITE JR, 2006, p. 35).

A disputa pela classificação e separação do erótico do pornográfico é a luta por legitimar um poder estabelecido através da distinção social. Dessa forma, a pornografia não é somente o sexo transgressivo, imoral, “do outro”, é também o sexo das classes populares, à parte daqueles que ocupam a esfera do monopólio do chamado gosto legítimo (BOURDIEU, 1983 apud. LEITE JR, 2006, p. 35). As mesmas extravagâncias sexuais presentes nas produções de massa também estão presentes naquelas direcionadas a elite econômica, a diferença está justamente na classe que o consome, uma vez que o material direcionado ao consumo popular é entendido como pornográfico e grosseiro por visar unicamente a excitação sexual de seu espectador, enquanto o outro é intitulado de “arte erótica”.

Capitalizando sobre tabus sexuais, situando-se além dos limites do respeitável ou do bom gosto, a pornografia consegue atrair, em doses fartas, os preconceitos que em geral rondam a assim discriminada cultura de massa – preconceitos manifestos em termos morais, estéticos ou pseudocientíficos. Na pornografia, esconjurada por seus detratores como uma forma abjeta de mercantilismo sexual, todas as características identificadas como as mais abomináveis da indústria cultural – seu “comercialismo”, sua “imoralidade” e sua “falta de estilo” – se afiguram como potencializadas.” (FREIRE, 2001, p. 67).

Sendo assim, pornografia é também o nome que classifica o erotismo dos pobres de cultura, espírito ou dinheiro. Esta reflexão pode ser uma justificativa quanto a constante desqualificação da indústria pornográfica e sua associação à ideia de miséria moral e pobreza material, mesmo sendo uma indústria milionária e de amplo consumo global. Aqueles que a consomem também são frequentemente enquadrados no discurso de delinquência e doença, que aponta que o consumo de tal material pode trazer danos à saúde mental e influenciar determinados comportamentos.

Independente da separação estabelecida pela narrativa de qual representação da sexualidade é legítima, é preciso lembrar que ambos, antes de tudo, são mercadorias que visam tão somente à obtenção de lucro em seus respectivos mercados. Logo, a “desvantagem” da pornografia está no fato de pertencer ao lado do popular, sendo consequentemente associada ao consumo das camadas populares. Assim, fica explícito que os conceitos de “pornografia” e “erotismo” não foram construídos por acaso, mas sim impostos estrategicamente por grupos de maior poder e influência, no propósito de manter seu status social e singularizar sua imagem, destacando suas diferenças de grupos que possam significar uma ameaça não somente a hierarquia social, mas também na coesão de seus valores como

classe dominante. A pornografia é enquadrada como perigosa e desviante porque ela é o “erotismo das massas”, estas que são sempre classificadas pelo Estado como potencialmente perigosas e vistas com receio (LEITE JR, 2006, p. 38). A demarcação do pornográfico no lugar daquilo que deve ser rechaçado enquadra aqueles que o consomem como sujeitos desviantes, inferiores, vazios de sofisticação, a partir do ideário da lógica dominante.

## 1.2. A moral burguesa e o estabelecimento do “certo” e “errado”

Não é possível seguir essa discussão sem considerar a questão da moral, esta entendida como controladora social e expressão dos “bons costumes”, muito usada para reprimir e ajustar indivíduos. Segundo Abreu (2012), é indiscutível que o processo civilizatório foi (e tem sido) firmado na repressão. A religião, sobretudo a Igreja Católica, influenciou profundamente nossa concepção de moralidade e a partir desses princípios cristãos edificou-se uma ampla gama de condutas que deveriam (e devem) ser respeitadas e seguidas.

Historicamente, os seres humanos se organizam socialmente, transformando a realidade ao seu redor. Estabelecem-se assim costumes, regras, normas de conduta e de comportamento. O não cumprimento dessas regras passa a ser classificado como crime e estaria sujeito a punições e castigos criados pelo grupo social, a depender da regra violada. Independente de costumes culturais ou políticos, cada região do planeta terá normas e regras que orientem comportamentos e práticas sociais.

A moral não é apenas uma lei dos costumes, mas também formas políticas emanadas do poder. Devidamente internalizada, tende a ser uma “coisa natural” para os indivíduos. Os códigos instituem a normalidade e o proibido é instaurado para organizar as perversões. (ABREU, 2012, p. 35).

Notamos, portanto, que os costumes predominantes em uma dada época têm sempre relação com a estrutura de classes existente. Como já afirmaram Marx e Engels na *Ideologia Alemã* (1845-1846), “as ideias dominantes em uma dada época são as ideias da classe dominante”.

Pode-se afirmar que o século XIX foi marcado, dentre tantas coisas, como um período permeado de grandes discussões a respeito da sexualidade e seus impactos perigosos no corpo e na alma dos indivíduos, tendo como justificativa seu caráter perverso e desviante. Este caráter é coerente com a difusão das revoluções burguesas e a padronização conservadora de costumes que caracteriza o período. Do século XX em diante, ocorre uma espécie de

“dogmatização” da sexualidade, na qual a medicina passa a classificá-la como “sadia” ou “perversa”, a depender das práticas sexuais que os indivíduos desempenham.

A sexualidade “sadia” é aquela referenciada pelo casamento monogâmico, heterossexual e com fins procriativos. Outras práticas sexuais que fujam desses parâmetros e que antes eram entendidas como libertinagem sexual, serão agora classificadas como “doença degeneradora do ‘humano’ e destruidora da ordem social” (LEITE JR, 2006, p. 26). Os fatores indicados pela medicina como risco à saúde agora também abarcam o oposto aos conceitos anteriores, abrangendo não apenas a “importância exagerada” aos prazeres, mas também a falta de desejos e a ausência de atividades sexuais. (LEITE JR, 2006).

Algumas práticas sexuais consideradas como perversões graves e criminosas nos séculos anteriores, agora passam a ser classificadas como inofensivas e benéficas, desde que praticadas moderadamente e dentro dos limites estabelecidos como “sádios”. A manutenção das relações de poder de um grupo sobre o outro e, neste caso, de comportamentos saudáveis e perversos, é proveniente de todo um imaginário forjado por intermédio de anos de construção cultural e histórica influenciada pelos ideais e crenças das classes dominantes. Dessa forma, é possível compreender a forte influência do discurso médico no que diz respeito à construção da concepção social de sexualidade “sadia” e “doente”, bem como da criação do sujeito sádico, masoquista, fetichista, dentre tantas outras categorias classificadas como “perversidades sexuais”. (LEITE JR, 2006)

Tanto a pornografia quanto o erotismo evocam o prazer. Mas, semelhante à sexualidade, também são impostos limites ao prazer, uma vez que o mesmo só é considerado aceitável e respeitável desde que esteja dentro dos limites estabelecidos pela civilidade e distante das “perversões sexuais”. O erótico e o pornográfico estão sempre associados à revelação de algo que não deveria ser exposto, logo, essas representações são, antes de tudo, obscenas. A transgressão é o que caracteriza o universo da experiência erótica, onde violar os interditos sociais e culturais é justamente o que dá sentido e sabor à infração cometida. Citando Georges Bataille (1988), Leite Júnior (2006) defende que é o prazer de transgredir os limites do permitido que dá à sexualidade humana característica única:

Obsceno então é aquilo que mostra o que deveria esconder, explicita o implícito, apresenta o oculto, revela segredos proibidos. Coloca “em cena” algo que era pra estar fora dela. A obscenidade é intrusa e traz consigo o perigo da ordem violada: é um “mau agouro”. É transgressiva. (LEITE JR, 2006, p. 40).

Esta possível ‘característica única’ não deve contudo ser analisada de maneira essencialista, como uma característica essencial ou natural do ser humano, mas sim entendida como construção histórica concretamente existente.

Na indústria de vídeos pornográficos, o que é entendido como obsceno ou não está em constante modificação, uma vez que tal concepção também pode estar sujeita a leis e normas de cada país ou Estado. Leite Júnior traz um importante exemplo quanto a essa questão: A pornografia nos Estados Unidos é legalizada, contanto que não seja considerada obscena. O que irá definir quais materiais são obscenos ou não serão as leis de cada estado dos EUA, porém, geralmente estão enquadradas como obscenas as imagens associadas às “perversões sexuais”, ou que se desviam do sexo “convencional”. Logo, fica claro que o que pode ser considerado como obsceno ou não nesta indústria está constantemente passível de contestações, pois a transgressão é em si mesma organizada. O erotismo é, no conjunto, uma atividade organizada e, na medida em que é organizada, por isso muda através dos tempos.” (BATAILLE, 1998, p. 94 apud. LEITE JR, 2006, p. 42)

A sexualidade e suas representações estão sempre permeadas por disputas pelo que deve ser concebido como legítimo ou não. Constantemente dividida entre dualismos como belo/grotesco; sadio/doente; moral/imoral. Em meio a estas divisões, a pornografia ocupa o espaço do desordenado e desviante, pois sempre está expondo aquilo que deve ser encoberto, ou seja, o obsceno. A própria existência da pornografia indica, contudo, que ela satisfaz uma necessidade social. Neste sentido, portanto, é sempre legítima socialmente, embora sua legitimação passe pela disputa por legitimidade e aceitação. Na atualidade, a mercantilização da pornografia (que marca a sociedade capitalista) perpassa sua construção social e é fundamental para que compreendamos seu desenvolvimento como indústria pornográfica. Dentre as muitas subdivisões da indústria pornográfica, exporemos aqui especificamente um histórico do cinema pornográfico nos EUA e no Brasil, a título de exemplo de estudo que permita o diálogo com este trabalho de conclusão de curso.

## **CAP. 2 - SURGIMENTO E PERCURSO DO CINEMA PORNOGRÁFICO (*soft e hard core*)**

Agora, nos aprofundaremos um pouco mais no percurso e construção do cinema pornográfico a partir da análise específica das primeiras produções e exibições de filmes nos Estados Unidos e Brasil, apresentando sua construção e suas transformações a partir do desenvolvimento de novas tecnologias e da modernização de aparelhos tecnológicos e com a chegada da internet.

### **2.1. O gênero pornográfico como gênero do cinema nos EUA**

Criada no século XIX pelos irmãos franceses Auguste e Louis Lumière, a primeira máquina cinematográfica do mundo surgiu revolucionando e alterando a lógica da fotografia e trazendo ao mundo a possibilidade de registrar o cotidiano. Inicialmente, com a incerteza de seu real sucesso e potencialidades, seu uso volta-se quase que exclusivamente para o trabalho científico e para a documentação de atividades cotidianas, não havendo nessa fase inicial o uso das filmagens para o registro de encenações ou performances, existindo até certo preconceito no meio teatral para com os atores que optavam por essa forma de atuação (ABREU, 2012) - ou eram constrangidos a ela, acrescentamos.

Logo na primeira década do século XX, com o aperfeiçoamento do cinema em sua narrativa ficcional e a estruturação de sua linguagem, surgem também peças cinematográficas vinculadas a políticas de drogas, a educação sexual, a infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), dentre outros temas (ABREU, 2012, p. 56).

Abreu exemplifica o surgimento inicial do pornô no meio cinematográfico através do alibi pedagógico, e cita a série francesa *Positions* (sem data) e o filme *Traffic in souls* (1913). No primeiro exemplo, é retratada a imagem de dois corpos nus com as genitálias ocultas, enquanto um doutor sexólogo realiza longas observações a respeito da evolução do casal que está à mostra. O segundo, o filme *Traffic in souls*, retrata o tráfico de escravas brancas, trazendo o tema da prostituição e denunciando seus “riscos” à ordem social, tendo se tornado o primeiro filme de grande sucesso popular do estúdio Universal. Utilizamos aspas na palavra riscos, pois essa concepção da prostituição enquanto um perigo à sociedade é perpassada por viés moralista e culpabilizador das trabalhadoras sexuais, colocando as mulheres como vítimas indefesas. Portanto, é possível notar que, ainda que de forma velada e sob a “legitimação” da ciência ou da moral, a construção do pornográfico já se instalava nas telas.

Em consonância com essas produções, surgem os primeiros filmes destinados ao entretenimento sexual de homens heterossexuais, os *stag movies*.

### 2.1.1 Os *Stag Movies*

Surgidos na Europa e exibidos ilegalmente especificamente para o público masculino heterossexual, os *stag movies* (literalmente, filmes para homens) eram filmes curtos, em preto e branco, mudos e com duração média de sete minutos ou menos. Segundo Abreu (2012), um dos principais diferenciais dos *stag movies* é a presença marcante de aspectos primitivos do cinema em suas produções, mesmo com todos os avanços técnicos da indústria cinematográfica. Os *stag movies* ou *dirty movies* são os ancestrais dos filmes de sexo explícito hoje, e possuíam como principal traço o alto grau de descontinuidade temporal das cenas, com a apresentação de várias cenas da ação sexual com foco na penetração em ângulos diferentes, sem uma lógica temporal, além de mudanças bruscas de enquadramento, iluminação e cortes desconexos. A presença de binóculos, lunetas e buracos de fechadura na abertura inicial dos filmes também é outra característica marcante, uma vez que esses artifícios eram geralmente utilizados como forma de transportar o espectador para o interior do quadro cinematográfico, estratégia ligada ao voyeurismo, na intenção de mostrar o que a princípio está oculto, neste caso, o corpo e os atos sexuais (com profunda objetificação da mulher, como se indica a seguir).

Abreu destaca ainda que, segundo Di Lauro e Rabkin (1976), as personagens femininas eram muito mais o centro da atenção que os personagens masculinos nos *stag movies*. As figuras masculinas eram desprovidas de personalidade, mas podemos problematizar que as figuras femininas eram ainda menos humanizadas. O corpo e os órgãos genitais femininos eram o foco da exibição, pois eram o objeto central do prazer visual, e, ainda segundo Abreu (2012), essa forma de retratação do corpo era muito menos utilizada por outros meios de representação, como o meio teatral, por exemplo. Ao que é possível observar, os *stags* prendiam a atenção de seus espectadores justamente por sua crueza e realismo ao produzir suas cenas, no qual o principal interesse parecia estar direcionado para a “revelação dos segredos do sexo”, ou dos “mecanismos sexuais”, a partir da observação dos corpos e dos órgãos sexuais, em especial de mulheres. “Os filmes produziam uma espécie de iniciação à masculinidade, um modo de dissipar as ansiedades da inexperiência dos homens” (ABREU, 2012, p. 61). Podemos aqui também problematizar qual é a masculinidade que estaria sendo desta maneira “iniciada” e como a mesma depende da objetificação de mulheres.



O *stag film* foi, e é, o cinema vérité do proibido, um incalculável registro de imagens que abertamente assumiram sentimentos desconhecidos sobre sexo. (...) Eles documentaram aquelas experiências privadas, isoladas e não mencionadas, que todavia eram de alguma forma universais. Compartilhando os mistérios da informação sexual através de rituais coletivos de iniciação masculina (...) recebia-se um curso de iniciação sexual creditado. Os filmes provavam que um mundo de sexualidade existia fora das limitadas experiências individuais. A personificação estética era tão frágil e simplória, vivida por “performers” e não por “atores”, que tornava tudo mais verdadeiro. (DI LAURO e RABKIN, 1976 apud ABREU, 2012, p. 61-62).

Uma das explicações oferecidas por Abreu (2012) para a transformação do corpo feminino em um espetáculo em si nos *stag movies* é a de que, nesta época, o corpo humano e, sobretudo o corpo feminino, é considerado um grande mistério. Uma das únicas formas de um homem conhecer a forma íntima de uma mulher nesse período seria com prostitutas, visto que o primeiro contato sexual de muitos casais se dá somente após a noite de núpcias. Logo, os closes e o foco do órgão sexual feminino servem como um “desvendamento” de um segredo, direcionado a cessar a curiosidade masculina por tal corpo. Esta explicação é consonante com o puritanismo da norma sexual conservadora vigente a partir do século XIX, como indicamos anteriormente. Deixa de explicitar, contudo, a própria construção misógina da masculinidade e a relação entre a castidade imposta àquelas mulheres que poderiam ser socialmente reconhecidas como esposas, a subalternização sexual das demais mulheres e a própria dinâmica da acumulação capitalista.

Outro fator destacado por Abreu (2012) é a indistinção entre “sexo convencional” e “perversões sexuais” nessa primeira fase dos filmes pornô. A única diferença específica, principalmente presente nos *stag movies* estadunidenses, é entre heterossexualidade e homossexualidade, onde existe uma valorização da heterossexualidade. Mais uma vez podemos apreciar a construção e reiteração social normativa da sexualidade. Não conseguiremos problematizar aqui todas as dimensões desta construção, em termos de suas determinações pela divisão do trabalho e de suas implicações sobre a construção das subjetividades. Mas é importante destacá-la.

Portanto, fica explícita a presença de diversos elementos fundamentais do gênero pornográfico atual nas primeiras produções pornográficas, como a espetacularização do ato sexual, a figura da mulher como espetáculo central (centralidade do corpo, mas não do prazer), a heterossexualidade e o lesbianismo voltado para a satisfação masculina. Com o passar das décadas e a modificação das produções pornográficas, a indústria pornô estadunidense irá passar a priorizar cada vez mais a imagem da ejaculação masculina e a reforçar a linha que separa o sexo “convencional” e o sexo “desviante”.

### 2.1.2. A entrada gradual da nudez no cinema tradicional

A partir de 1930, acontece a implementação nos EUA do Código Hays (*Motion Picture Production Code*, vigente de 1930 a 1968), que estabeleceu a censura dentro dos estúdios de Hollywood, em termos morais e políticos. Com este código, toda referência a sexo, prazer e obscenidade é proibida. Com isso, enquanto os filmes convencionais reforçam as relações heterossexuais e depositam no beijo toda a carga erótica implícita, o cinema pornográfico segue apresentando os temas censurados (LEITE JR, 2006, p. 91).

A chegada dos anos 1950 traz consigo o surgimento dos chamados “*nudies*”: filmes gravados em campos de nudismo, onde circulavam homens, mulheres e até mesmo crianças. Tais imagens vendiam uma ideia de “nudez saudável”, inofensiva. De acordo com a decisão das autoridades judiciárias (estadunidenses) da época, a nudez por si só não era ofensiva, podendo ser exibida, desde que não fossem expostos os órgãos genitais masculinos ou femininos. Ou seja, nada de nudez frontal, somente imagens pelas costas. Ainda assim, os *nudies* foram um grande sucesso, visto que era inédita a exibição de seios e nádegas dessa forma no cinema comum. (ABREU, 2012).

A partir da década de 1960, a sexualidade já ganha mais espaço e começa a ser projetada nos roteiros de filmes, ou seja, exibida legalmente.

No ano de 1959 é lançado o filme *The immoral Mr. Teas*, que foi um verdadeiro escândalo na época (LEITE JR, 2006). O filme narra a história de um homem entregador de encomendas, que, após uma consulta ao dentista, desenvolve a capacidade de enxergar as mulheres nuas através de seu olhar de raio-x. O lançamento de Russ Meyer introduziu a nudez que antes era suprimida nessas produções e, pela primeira vez, cinemas que eram considerados respeitáveis e apresentavam filmes “normais” e “sérios” exibiram uma fita que exibia mulheres nuas, ou pode-se dizer, algo na tênue linha do gênero pornô. Uma vez mais, *The immoral Mr. Teas* também envolve uma marcada misoginia e objetificação das mulheres, que alicerça a construção social da sexualidade. O sucesso do filme foi tanto que, em dois anos, *Mr. Teas* ganhou mais de 150 imitações, e originou o sub-gênero *nudie-cutie* (espécie de “nudismo com malícia”). (ABREU, 2012, p. 73)

Acompanhando as mudanças no contexto das produções pornográficas e ainda de acordo com o histórico traçado por Abreu (2012) e por Leite Jr. (2006), no início dos anos 1960 surgem os *beavers* (originado de uma gíria para vagina). Os *beavers* eram filmes menos explícitos que os *stag movies*, possuíam ocasionalmente cor e som e se caracterizavam pela apresentação do órgão genital feminino em cenas curtas. Pouco tempo depois surgem os

*action beaver*, uma versão mais ousada dos anteriores, com foco maior nos genitais e muitas vezes adicionando a presença de outra mulher no filme. Estes filmes eram exibidos em clubes masculinos, casas de *peep show*<sup>1</sup> ou vendidos no comércio postal (LEITE JR, 2006, p. 92). Em nenhuma das versões ocorre algum tipo de penetração, somente a exibição dos órgãos genitais feminino. Segundo Leite Júnior, esses filmes foram peças fundamentais para a solidificação de um elemento fundamental na pornografia atual: o lesbianismo construído e exibido em função do prazer masculino. Mais tarde, esse elemento é definitivamente incorporado aos longas-metragens pornô dirigidos ao público heterossexual, em especial o masculino.

Diferentemente dos ilegais *stag movies*, a ação genital presente nos *action beaver* era mais amplamente aceita e ganhava certa autonomia, uma vez que eram exibidos “legalmente” nas salas de cinemas identificadas enquanto “não recomendáveis”. Logo, percebe-se a ampliação dos limites da legalidade no que se refere à exibição aberta de ações sexuais nos cinemas. Com isso, o *hard core* passou a ser delimitado à exibição do pênis ereto e da penetração, criando uma subgenerificação no cinema pornográfico (ABREU, 2012, p. 76).

Segundo Leite Júnior (2006), a legalização da pornografia visual na Dinamarca, em 1969, insere no mercado estadunidense um novo tipo de filme: os documentários sobre o mercado do sexo na Escandinávia e a “nova permissividade dinamarquesa”. Os documentários tinham como objetivo central a apresentação de corpos nus e cenas de atividade sexual, mesmo que não explícitas. *Sexual Freedom in Denmark* (John Lamb, 1970) e *Censorship in Denmark: A new approach* (Alex DeRenzi, 1970) são dois dos principais filmes lançados no período, que, segundo o autor, trazem consigo uma discussão acerca da liberdade de expressão e o que pode ou não ser associado a ela, como por exemplo, o sexual e o obsceno. Poderia a liberdade de expressão incluir a sexualidade dita explícita e obscena? Especificamente em *Censorship in Denmark*, havia a exibição de atividades lésbicas em clubes noturnos, entrevistas com atrizes pornô nuas e, pela primeira vez, a exibição de um pênis ereto no cinema não pornográfico. Deve-se notar ainda uma vez aqui a misoginia na construção simbólica destes filmes, que não é endereçada diretamente por Leite Júnior (2006) ou Abreu (2012).

Abreu atenta para o fato de que todas essas mudanças e avanços na produção de filmes com conteúdos tidos como eróticos ou pornográficos apresentados nos cinemas comuns coincidem com a chamada revolução sexual, marcada principalmente pela celebração da

---

<sup>1</sup> peepshow: especificamente no passado, um filme ou filme sexualmente excitante, assistido em uma máquina através de um pequeno orifício. Disponível em: Cambridge Dictionary, 2021.

permissividade e pela “liberação feminina”, que consideramos ter abarcado conquistas por parte das mulheres no campo da sexualidade ainda que contraditórias. Tal ideário ganha força e desenvolve-se tanto na vida social quanto nas formas de representação. Esses fatores mais à frente iriam condensar-se no longa metragem ficcional pornográfico. Em 1972, é lançado o mais famoso e rentável filme pornô até hoje realizado, *Deep Throat (Garganta Profunda)*, de Gerard Damiano. Pela primeira vez, era exibida legalmente uma narrativa ficcional colorida e sonora integrada de números sexuais explícitos, conseguindo alcançar depois de sua estreia um público de mais de 500 mil espectadores.

Na época, o grande alcance do filme gerou enorme bilheteria, que fez a indústria de filmes pornográficos se destacar e incentivou o investimento na ampliação desse novo mercado, até então clandestino. A luta pela maior ampliação dos limites legais e pela liberalização da representação do obsceno por parte da indústria também se aprofundou, e, algum tempo depois da estreia de *Garganta Profunda*, uma série de outros filmes explícitos foram lançados, como *O Diabo na Carne de Miss Jones (Devil in Miss Jones)*, também de Gerard Damiano e *Atrás da Porta Verde (Behind the Green Door)*, dos irmãos Mitchell, ambos produzidos em 1972. Inaugura-se uma nova fase do gênero pornográfico, criando um outro tipo de público consumidor (LEITE JR, 2006, p. 93).

Também é Abreu (2012) que atenta para o fato de que o filme *Garganta Profunda (Deep Throat)* marca o primeiro encontro do público com o *hard core*<sup>2</sup> “fálico”, uma estrutura narrativa de longa-metragem com representações de sexo explícito e close das genitálias de ambos os sexos. (Não devemos entender, com isso, que tenha havido uma diminuição na misoginia das imagens, ainda voltadas exclusivamente para propiciar prazer a homens, com enorme carga de objetificação de mulheres e reiteração da heterossexualidade com exceção para o lesbianismo orientado ao fetiche e prazer masculino.) Também em *Garganta Profunda* é lançado um dos elementos que é componente básico do pornô atual: a ejaculação para a câmera, conhecida no jargão da indústria por *come shot* ou *money shot*. Os três filmes mencionados anteriormente foram essenciais para a inserção dos filmes pornográficos no meio de exibição comercial mundial, em salas posteriormente identificadas como “especiais”. Instituído uma estrutura narrativa peculiar, com seus próprios códigos de

---

<sup>2</sup> Numa tentativa de delimitação técnico-mercadológica, os produtos caracterizados pelo excesso de exposições de ações sexuais explícitas foram nomeados *hard core* (pornográficos), e aqueles marcados pelo sexo implícito, encoberto, sugerido, de *soft core* (eróticos). Essa separação instituída como uma forma de segmentar o mercado, acabou por produzir uma demarcação hoje “socialmente aceita”. (ABREU, 2012)

representação, o *hard core* se afirma como mais um gênero cinematográfico (ABREU, 2006, p. 82).

No pornô, tudo deve convergir para o imperativo sexual: não existem sentimentos gratuitos ou não-funcionais, não há devaneios, especulativos ou imaginísticos, que não sejam estritamente relevantes para o assunto em questão. A imaginação expressa nos filmes trabalha com uma incomparável economia de meios, em que se aplica o critério de relevância mais objetivo: todas as possibilidades servem à situação erótica. (ABREU, 2006, p. 151)

A partir dos anos 1980, a exibição cinematográfica dos filmes pornográficos em salas de cinema específicas perde força e o volume de espectadores começa a se reduzir gradualmente. Nesse mesmo período, coincidentemente, está em curso a expansão do mercado de aparelhos de videocassete, o que impulsiona o processo de telecinagem dos filmes recentes da época para a veiculação nos aparelhos domésticos. Rapidamente, a frequência do público às salas de exibição nos cinemas específicos caiu drasticamente. Com a inserção dos aparelhos de vídeo, a projeção dos filmes pornográficos foi banalizada, ficando restrita apenas a um público mais popular, de baixa renda, e em contrapartida se expandia o consumo do filme pornô através do videocassete (ABREU, 2012, p. 167). Com essa mudança, um enorme público que não frequentava as “salas especiais” do cinema passou a alugar nas videolocadoras esses mesmos filmes e a reproduzi-los em suas casas. O que antes era público, agora é transportado para o ambiente privado, do lar.

Essa drástica mudança na forma de consumo e produção de filmes pornográficos inaugura outra fase da indústria: a gravação direta em vídeo, que resulta novamente na ampliação das produtoras e distribuidoras. O redirecionamento da produção dos filmes com equipamento eletrônico, além de proporcionar a redução dos custos e do processo de produção, acelera ainda mais o abastecimento do mercado pornográfico, que possui constante demanda por “novos” produtos (LEITE JR, 2012, p. 95).

Pode não parecer coincidência, mas a pornografia de produção industrial, cujo consumo em larga escala parecia agonizante nos filmes *hard core*, desloca-se rapidamente para o vídeo, reafirmando seu vampirismo. Renasce numa tecnologia atual, moderna, clean, soft, eletrônica, gráfica, sem fotogramas, e de custo mais baixo, evidentemente. Surge o pornô-vídeo, um produto que veicula pornografia – cujo conteúdo básico é a obscenidade – dirigido ao consumo doméstico. (ABREU, 2012, p. 169).

A partir de sua integração e adaptação à lógica de produção em vídeo, a indústria pornô ampliou seu mercado. Ao se utilizar dessa nova tecnologia de geração eletrônica, o audiovisual pornográfico se tornou uma atividade de ponta no contexto da indústria cultural.

Até onde se sabe, o *hard core* é o único gênero ficcional de longa-metragem que passou a ser produzido especificamente para o mercado do home-vídeo e, se observarmos bem, esse fato se de, sobretudo por conta de sua decadência nos cinemas. Logo, foi uma maneira rápida (e barata) da indústria pornográfica ampliar seu mercado, seguir ganhando espaço e expandir suas produtoras. Com a grande aceitabilidade do público, a produção industrial de vídeos pornográficos voltada para o lazer doméstico seguiu movimentando milhões de dólares anuais. (ABREU, 2012, p. 181)

A entrada no lar de um produto rotulado de pornográfico pelas vias legais do mercado reconfigura as questões em torno do transgressivo e permissivo, dentre outras, que sempre andaram juntas às manifestações pornográficas. Dos anos 1990 em diante, o erotismo está ligado ao vídeo, e a imagem e a sexualidade encontram-se sob a fachada do pornovídeo. Dessa maneira, observa-se o público mesclar-se com o privado, onde o que antes era possível ser assistido na rua, agora está inserido na discrição do lar e ao alcance a qualquer momento, em qualquer hora do dia. “[...] ao penetrar na vida doméstica, o ‘vídeo’ matou o cinema e foi à família” (VÍDEO ERÓTICO, 1991, p. 11 apud. ABREU, 2012, p. 182).

Não é demais destacar que a continuada construção e reconstrução social da misoginia segue presente em tais peças audiovisuais durante toda esta trajetória, consonante ao caráter estrutural da misoginia no conjunto de nossa sociedade.

## **2.2 O *Soft* e o *hard core* no Brasil**

Segundo Abreu (2012), é em 1907 - quando já se disseminava a febre pela produção cinematográfica - que é exibido no Cinematógrafo do Rio de Janeiro o filme nacional *Operação das Marias Xifópagas* pelo Dr. *Charles Prevost*, um curta metragem mudo e em preto e branco. Neste período, já eram exibidos nos anúncios do Cinema Parisiense a frase “Neste estabelecimento não se exibem fitas duvidosas”, em referência às peças classificadas enquanto proibidas para “menores e senhoritas” (o que, em si, também é um indicativo da misoginia existente na sociedade). Acredita-se que tais filmes eram exemplares *dos stags movies*, porém não existem registros de realização de *stags* nacionais. No Brasil, os *stags* eram exibidos “discretamente” em horários mais boêmios, em cinemas comuns, ainda que, supostamente, deveriam também ser ilegais aqui. (ABREU, p. 83)

Inicialmente, a censura aos filmes era realizada pelos próprios exibidores dos mesmos, quando escolhiam as obras a serem exibidas e selecionavam qual o perfil mais adequado de espectadores. Era também realizada pela polícia, que ordenava a retirada de alguns filmes em

cartaz, sobretudo os nacionais. Um exemplo de censura política não relacionada à produção pornográfica foi com o filme *A vida de João Cândido* (1912), que contava sobre a vida do marinheiro líder da revolta da chibata. O filme teve seus cartazes apreendidos, o que permite observar que a polícia da época preocupava-se mais em “coibir os temas políticos ou de repercussão social, a pedido de alguma parte envolvida, do que em zelar pela ‘moral e os bons costumes’” (ABREU, 2012, p. 84), uma vez que a exibição de filmes de conteúdo erótico nos cinemas era de conhecimento do público e frequentada até mesmo por figuras importantes do Estado.

O cinema brasileiro gradualmente vai acompanhando as oscilações sociais de liberação dos costumes e tentando arriscar em suas exibições a revelação do proibido ao olhar (ABREU, 2012). Luiz de Barros (“Lulu”) foi o primeiro a produzir uma das primeiras fitas com toque mais erótico, lançada em 1919 com o nome *Alma Sertaneja*. Neste filme, a protagonista aparecia nua banhando-se em uma cascata, o que foi muito ousado na época. (Notemos que, uma vez mais, a nudez é feminina.) Mais tarde, o produtor lançou em São Paulo *Depravação e Messalina*, notabilizados por nus artísticos e uma cena de cama. Nuno Abreu (2012) destaca que as diversas iniciativas de incursão no pornográfico tomadas pelas escolas de cinema na década de 1920 foram em sua grande maioria sem sucesso, conseguindo apenas notoriedade nas páginas policiais da imprensa, devido às constantes denúncias de que estavam “desencaminhando moças”.

No que é possível identificar, os filmes nacionais exibidos na época possuíam apelo pretensamente científico, eram ambíguos. Mascaravam as cenas ousadas e os nus femininos sob o véu do conteúdo educativo e moralizador, o que aparentemente facilitava sua exibição. Tais filmes eram sempre acompanhados da tarja “proibidos rigorosamente para menores e senhoritas” e tinham um olhar mais seletivo da censura. No entanto, mesmo existindo esforço de barrar essas exibições, foram registradas grandes bilheterias na época com alguns dos filmes mencionados anteriormente e com outras produções nacionais que ofereciam esse tipo de conteúdo erótico nos cinemas (ABREU, 2012). Isso pode indicar também algum tipo de pressão econômica pela sua exibição.

Com o desenvolvimento do som nas produções de cinema, a partir de 1930 grandes modificações se instalaram no campo cinematográfico e Hollywood foi submetida a um amplo sistema de censura política e moral, como indicamos anteriormente. Esse contexto também é marcado por um período de recessão na produção de filmes eróticos no Brasil e no mundo, no qual o máximo que se podia ver eram cenas de mulheres sensuais interpretando

papéis de sedutoras (ABREU, 2012). Nesse contexto, o padrão estético de representação feminina também é modificado com a chegada do cinema sonoro, seguindo contudo a subalternizar a mulher. Os grandes sucessos internacionais como *Mr. Teas* e os *nudies* também passaram pelo cinema brasileiro e, seguindo a dinâmica internacional para a exibição de fitas ditas proibidas, as “salas especiais” também eram utilizadas, sendo em geral “exclusivamente para cavalheiros” (ABREU, 2012, p. 89).

Com o processo gradual de liberação pornográfica, em 1962 o cinema nacional retoma o erotismo como eixo central e registra em uma de suas produções a primeira nudez frontal do cinema nacional. Uma vez mais, é claro, feminina. Correndo nua por uma praia, a atriz Norma Benguel protagonizou a cena no filme *Os Cafajestes*, de Ruy Guerra. Na época, foi um grande escândalo e mobilizou grandes discussões acerca da moralidade pública, além de intervenção da Igreja e de associações de mulheres pela decência e bons costumes, entretanto, pessoas também se pronunciaram na defesa do teor artístico da produção e falaram contra o desserviço da censura (ABREU, 2012). Independentemente dessas manifestações, o filme seguiu sendo apresentado e fez grande sucesso.

### **2.2.1. As pornochanchadas e a Boca do Lixo**

Ao final dos anos 1960, servindo-se de um erotismo implícito, cheio de duplo sentido, piadas maliciosas e produzida com poucos recursos, surge a *pornochanchada*, uma mistura da influência dos filmes italianos em episódios, do erotismo dos filmes paulistas e da *chanchada* – tradição carioca de comédia popular urbana. Amplamente ancorada na reiteração de construções simbólicas misóginas, mesmo quando retratasse conquistas femininas no marco liberal-burguês (como o acesso ao mercado de trabalho), a *pornochanchada* se coloca como uma expressão da onda de permissividade e liberação dos costumes da época, mas também como fruto de um período de forte repressão do Estado sobre a produção cultural. Apesar de seu apelo sexual e do prefixo “pornô”, é importante destacar que não havia qualquer conexão entre o cinema pornográfico nascente e as *pornochanchadas*, e que os títulos, cartazes e cenas de sexo dentro do gênero brasileiro eram criados apenas como forma de atrair a atenção do público e aumentar a bilheteria (CRESTANI, 2019).

No Centro de São Paulo, situado nas ruas do Triunfo, Vitória, dos Gusmões e dos Andradas, localizava-se o polo de produção cinematográfico brasileiro Boca do Lixo, conhecido por sua produção de filmes independentes e sem fins lucrativos. Embora as



pornochanchadas tenham ganhado maior notoriedade na década de 1970 a partir das produções da Boca do lixo, as primeiras *pornochanchadas* surgiram ainda nos anos 1960, no Rio de Janeiro, como mencionado anteriormente. A partir das produções das décadas de 1970 e 1980, as *pornochanchadas* atingiram seu auge e chegaram a ocupar até 40% das produções nessa época (PRIORE, 2011 apud. CRESTANI, 2019).

A partir do boom da pornochanchada, esse perímetro, que na época era considerado a “Hollywood brasileira”, produziu um número considerável de títulos, desde filmes com experiências de linguagem até barbarismos. Foi um período fértil, com produção variada, que chegava (e até “formava”) ao público com sucesso, podendo-se reconhecer alguma qualidade na massa crítica de sua produtividade. Vivia-se, então, uma “época de ouro” (1972-1982) para o cinema nacional, em termos de mercado. (ABREU, 2012, p. 95).

Uma das principais características desse gênero de produção cinematográfica era a centralidade da exibição das formas femininas. Colocadas enquanto o principal atrativo para o público, as mulheres apareciam sensualizadas nas cenas dos filmes, nos cartazes, nos títulos. Até mesmo quando o foco da ação de uma cena não envolvesse sexualidade, a câmera enquadrava o corpo da mulher e o exibia num movimento panorâmico, dos pés à cabeça. A exibição do corpo feminino, seja de forma insinuante ou algumas vezes até mesmo despido, tinha papel determinante na tentativa de aumento das bilheterias e na captação de público (CRESTANI, 2019). Esse modelo de exibição do corpo da mulher seguia também uma lógica predominante no mercado dos filmes pornográficos, como já vimos, e levando em consideração a influência estrangeira nas produções nacionais.

[...] O critério básico é a prioridade na exibição anatômica, mesmo que em conflito com o desenvolvimento dramático, ou a existência de um roteiro para simples sustentação de piadas ou situações “eróticas” que envolvam mulheres mais ou menos despidas (...). Como se vê, não se trata aqui de um critério para estabelecer o que é e o que não é pornochanchada. Mais que isso, representa a aceitação das dificuldades de tratar de tão complexo assunto. (SIMÕES, INIMÁ. 1979, p. 87 apud. ABREU, 2012, p. 92).

Com isso, é possível perceber como a exposição sexualizada do corpo da mulher passou a ser utilizada como principal chamariz para esses filmes, sendo usada profusamente em cartazes com títulos sugestivos. A imagem do homem e o comportamento masculino também possuíam recorte específico. Em enredos cotidianos com temas relativos à adultério, conquistas e intrigas, a pornochanchada utilizava-se da imagem do homem conquistador e garanhão, simultaneamente com a disseminação de um imaginário sobre a subalternização da sexualidade feminina e a objetificação do corpo da mulher. A nudez feminina não era frontal

e em grande parte das vezes não era total, mas o gesto de dirigir o olhar à câmera era comumente realizado pelas atrizes, como maneira de transportar o telespectador para o papel de personagem do filme com quem ela encenava, transformando-o em mais uma de suas “vítimas” de sedução. (CRESTANI, 2019).

A figura feminina nos cartazes da Pornochanchada aparentemente ajudou a construir o imaginário sobre a mulher brasileira. Belas e voluptuosas, curvilíneas e fogosas, cuidadosamente desenhadas ou estrategicamente fotografadas, elas permeiam a imaginação masculina, inclusive fora do país. (ALBERTINO, 2012, p. 7)

O polo cinematográfico da Boca do Lixo atingiu seu auge nos anos 1970 e na virada para os anos 1980, coincidindo com o processo de abertura política e com o gradual relaxamento da censura oficial, o que possibilitou uma maior mobilização na produção e melhor tratamento de temas eróticos. No entanto, com a crise econômica que atinge o Brasil nos anos 1980, os setores de produção, distribuição e exibição da indústria cinematográfica nacional são afetados, havendo também a rápida diminuição do público. Entre os anos 1979-1985, tanto o cinema nacional quanto o estrangeiro sofrem uma violenta retração, com a diminuição do número de salas, principalmente no interior. Neste cenário, a pornochanchada já sinalizava seu esgotamento, restando apenas dois caminhos: a produção de filmes eróticos mais elaborados ou a exposição mais objetiva do sexo. (ABREU, 2012, p. 99).

Tratando especificamente da *pornochanchada*, a entrada do cinema estrangeiro no Brasil com os filmes de sexo explícito (*hard core*) foi fator determinante para sua derrocada. Além de contar com produções mais sofisticadas, o cinema pornô estadunidense trazia narrativas centralizadas totalmente em torno do sexo, exibindo cenas sem censuras, cortes ou sutilezas (CRESTANI, 2019). A entrada dos filmes *hard core* estrangeiros no mercado nacional foi precedida pelos filmes de sexo explícito *Calígula*, de Tinto Brass (1979) e *O Império dos Sentidos*, de Nagisa Oshima (1976). Tais produções representam os primeiros passos da abertura formal ao gênero pornográfico no Brasil e chegam às telas amparadas por mandatos judiciais, usando como justificativa sua atribuição artística.

Agora, o mercado que antes absorvia os filmes da Boca do Lixo volta seu interesse para o *hard core*. Na tentativa de se manter no mercado e de se adequar às novas demandas, a Boca se prepara para a realização de filmes de sexo explícito, buscando manter o mercado nacional na disputa com os *hard core* estadunidenses. O afrouxamento da censura, somado à difusão das fitas VHS, também criou um cenário propício para o surgimento das primeiras produções nacionais com conteúdo sexualmente explícito. O filme que inaugura essa fase

brasileira é o *Coisas Eróticas*, de Rafaelle Rossi (1981), sendo o primeiro pornô *hard core* nacional, também apresentado nos cinemas amparado por mandado judicial. (ABREU, 2012)

Com o sucesso do cinema adulto e a difusão do vídeo no Brasil, logo surgiram as primeiras empresas estrangeiras de produção cinematográfica pornô no país, atraídas pelo custo mais baixo de produção, além de também se beneficiarem do imaginário já existente em torno das mulheres brasileiras, o qual já seria o principal atrativo para a consolidação de um público expressivo (imaginário este que se constrói no entrelaçamento de valores racistas e misóginos, na própria expansão colonial e imperialista). Dessa maneira, essas empresas contribuíram diretamente para o surgimento das primeiras estrelas do pornô brasileiro e, logo após, para a exportação de produções nacionais. As primeiras filiais de empresas estrangeiras surgiram no Brasil a partir da década de 1990, como também a abertura de diversas empresas brasileiras relacionadas a pornografia. (CRESTANI, 2019)

Os filmes pornográficos brasileiros abriram um leque que vai da escatologia de *Coisas Eróticas*, passando por honrosas exceções de produções com relativo acabamento, em meio a picaretagens explícitas do tipo “uma câmera na mão e uma suruba no sofá”, até a zoofilia. Há quem diga que os filmes não excitavam, mas incitavam. (ABREU, 2012, p. 103)

Mesmo com todo o desempenho do cinema adulto nacional, os filmes *hard core* brasileiros não conseguiam concorrer com os estadunidenses, pois estes além de disporem de melhores recursos de produção, de finalização e de um marketing eficiente, possuíam também a *star system*, ou seja, a estratégia de produzir estrelas pornô e usá-las/os como mais uma forma de promover e impulsionar a procura pelos filmes. Através do advento da internet ocorreram significativas transformações do mercado pornográfico, ocasionando modificações e até mesmo prejuízos ao modelo de negócios até então vigente no cinema nacional e internacional. Um dos principais motivos é a possibilidade legal de expansão por um “terreno sem lei” virtual, com a chegada ao mundo da exibição por *streaming online*.

### **2.3 A indústria pornográfica hoje - Estatísticas**

A indústria pornográfica atual está dentre os maiores e mais lucrativos ramos da economia, arrecadando por ano valores que ultrapassam empresas como Netflix, Microsoft, Google, Amazon, eBay, Yahoo e Apple combinadas. No ano de 2006, a receita mundial da indústria pornográfica alcançou a marca de US\$ 97,06 bilhões de dólares (ROPELATO, 2013). Segundo relatório anual disponibilizado pelo site *pornhub*, no ano de 2019 houve mais

de 42 bilhões de visitas ao site, sendo que o Brasil encontrava-se entre os 20 países que mais acessaram a plataforma naquele ano. Ainda de acordo com Ropelato (2013), os Estados Unidos são o principal produtor de pornografia em vídeo, tendo como produtores de destaque: Vivid Entertainment, Hustler, Playboy, Wicked Pictures e Red Light District.

O Brasil, com um mercado consumidor majoritariamente masculino e um consumo per capita de pornografia em torno de 53 dólares, vem em segundo lugar na produção de pornografia em vídeo (D'ABREU, 2013), viabilizada por empresas como Frenesi Films, Pau Brazil e MarcoStudio. Segundo D'Abreu, em 2013, pelo menos, a empresa Frenesi Films era uma das quatro maiores companhias de entretenimento adulto do mundo, e a Feira de Produtos Eróticos *Erotika Fair*, realizada em São Paulo, destacava-se enquanto a maior da América Latina, tendo registrado, nos anos imediatamente anteriores à publicação do trabalho, uma taxa de crescimento em torno de 15% anuais (D'ABREU, 2013). Os Estados Unidos, por sua vez, são de longe o maior produtor de plataformas pornográficas na web, com 244.661.900 páginas, ou 89% das páginas registradas naquele período (*idem*).

A partir das transformações ocorridas também na economia brasileira, expandiu-se o mercado digital e ampliou-se o acesso à internet e a TV “*pay-per-view*”, como também houve o aumento do mercado de cópias piratas (D'ABREU, 2013). Frente a todas essas modificações e atualizações no âmbito digital, modifica-se também o acesso ao conteúdo pornográfico no país, que, antes desses adventos tecnológicos, era mediado por videolocadoras e bancas de revistas. Atualmente, a maior parte desse material pornográfico encontra-se disponibilizado em sites e plataformas *online*, de acesso gratuito e sem restrições, ou seja, qualquer pessoa pode visualizá-los.

A vertente de pensamento feminista radical aponta que a indústria pornográfica possui estreita relação com a prostituição, com o tráfico humano e com a exposição e subjugação das mulheres, o que pode ser uma das explicações para toda uma proteção do mercado capitalista em torno desse setor tão lucrativo. O tráfico de mulheres é um problema internacional desde meados do século XIX e geralmente é associado a ideias sobre mulheres no comércio do sexo. Ao longo do tempo, ocorreram mudanças substanciais no entendimento global sobre tráfico, mudanças estas fortemente influenciadas pelos discursos feministas (KEMPADOO, 2005). Não é nosso objeto neste Trabalho de Conclusão de Curso analisar a fundo a complexa e gravíssima questão do tráfico de mulheres, mas é fundamental destacá-la.

No que se refere à transformação da indústria do pornô, se, por um lado, existe uma ostensiva tentativa de controle do pornográfico e também da sexualidade - como mencionado

no capítulo um - de outro, encontra-se o crescimento e avanço constante do mercado do sexo, no qual a internet tem papel fundamental, na medida em que possibilita a criação de nichos e subgêneros cada vez mais específicos.

Afirmar a existência de uma única indústria do sexo não seria propriamente adequado, considerando a existência de *sex shops*, casas de *swing*, boates de *strip-tease*, revistas, conteúdo pornográfico *pay-per-view*, filmes, vídeos, e considerando também as acompanhantes, dançarinas, garotas de programa, performers de *webcams* na pornografia *online*, atrizes da pornografia *online* e *mainstream*, dentre outros. Logo, a variedade de trabalho apresentada explicita por si só a existência de diferentes ramos dessa indústria, o que resulta também no desafio de demarcar com exatidão o que é a indústria pornográfica. Segundo Grant (2021), agrupar todo o tipo de sexo comercial, considerando a existência de uma única indústria, resultaria em algo extremamente raso e bidimensional, que apenas reforçaria o discurso de que todo tipo de venda de sexo é resultado de violência, perversão ou desespero. Trata-se de um debate complexo, que tampouco poderemos dirimir neste trabalho.

Se realizada uma linha histórica do que se tipifica enquanto pornografia, em muitos momentos a mesma aparecerá associada à clandestinidade, ilegalidade, perseguições e prisões. Diversas incertezas rondam tal tema, perpassando discussões jurídicas, interesses de mercado e o movimento feminista. Não há ainda hoje consenso em torno dessa categoria e de quais materiais poderiam ou deveriam ser tipificados enquanto pornográficos. Segundo Parreiras (2012), de acordo com algumas pesquisas qualitativas referentes ao peso da pornografia na internet, cerca de 40% das atividades realizadas online envolvem algum conteúdo pornográfico. Outra pesquisa, do ano de 2008 e conduzida pela empresa de consultoria e marketing online HitWise, apontou que cerca de 10% das buscas feitas pelo público envolvem pornografia, onde as palavras *sex* e *porn* aparecerem como algumas das mais pesquisadas no Google.

Ainda segundo a autora, outras pesquisas realizadas no ano de 2009 por empresas, órgãos governamentais e organizações anti-pornografia, sendo a *National Coalition for the Protection of Children & Family* (Coalizão Nacional para a Proteção de Crianças e Família) uma das principais envolvidas no levantamento de tais dados, afirmam que, em média, 43% dos usuários da internet ao redor do mundo acessam material considerado pornográfico e 35% de todos os downloads realizados envolvem algum conteúdo relativo à pornografia. É importante destacar que certamente tais dados primam pela inexatidão e, sobretudo, muitas vezes pela falta de neutralidade, devido a interesses envolvidos no levantamento dos mesmos

e também devido à dificuldade de mapeamento da internet. Portanto, devem ser analisados com cautela. Parreiras (2012) traz ainda mais algumas estatísticas acerca do consumo de pornografia online:

Mais algumas estatísticas podem ajudar a entender um pouco melhor a relevância de materiais pornográficos na web. Uma das mais replicadas (inclusive pelo governo norte-americano) é a de Philip Stark (2008), na qual ele afirmava – a partir de dados fornecidos pelo Google e pela Microsoft – que a Internet é 99% porn-free. Tancer (2009), apesar de possuir uma base de dados limitada (a Hitwise só possuía levantamentos de acesso dos Estados Unidos, Reino Unido, Hong Kong, Cingapura, Austrália e Nova Zelândia), fornece informações diferentes e mais detalhadas, apesar de fazer a ressalva da dificuldade de mensurar tanto o tamanho da indústria pornográfica quanto dos que a acessam. De acordo com ele, em 2007, sua base de dados contava com 40.634 sites de conteúdo adulto, sendo que isto representava 10% de todos os sites disponíveis ali. Neles, cerca de 72,6% dos acessos eram feitos por homens. Alguns outros cruzamentos de dados são interessantes, como por exemplo, a quantidades de acesso à pornografia nos dias da semana ou mesmo a porcentagem de republicanos ou democratas que a consomem. (PARREIRAS, 2012, p. 200-201)

As modificações geradas no universo online também foram responsáveis por impactos diretos na produção e forma de consumo de pornografia online:

Se pensarmos no verão de 2007, o mesmo termo de busca (“sexo”) direcionou tráfego para sites de vídeo online ([www.metaface.com](http://www.metaface.com) e [video.google.com](http://video.google.com)), para uma enciclopédia social ([www.wikipedia.org](http://www.wikipedia.org)) e para a rede social MySpace, indicando que o consumo de conteúdo adulto havia se movido do mundo estático de exibição de vídeos e imagens para o mundo da web 2.0, onde mídia gerada e consumida pelos usuários e as redes sociais possuem um papel central (TANCER, 2009, p. 35 apud. PARREIRAS, 2012, p. 201).

Ou seja, o desenvolvimento das redes sociais e de outras mídias online abriu uma janela para a ampliação das possibilidades de produção, comercialização e interação de material audiovisual entre as pessoas, com a melhoria da qualidade de imagens, sons e novas alternativas de criação e disseminação de materiais. A interface intuitiva e prática dos novos programas já não exigem das pessoas conhecimento específico para sua utilização, tornando a tecnologia um elemento cada vez mais móvel e transformando qualquer indivíduo em um produtor em potencial. Tal facilitação pode explicar, também no mercado pornográfico, o aumento do surgimento de vídeos amadores, o crescimento dos sites com interações via *webcam* e, com destaque, o fortalecimento de gêneros de pornô alternativos ao *mainstream*,

como por exemplo, a pornografia BDSM<sup>3</sup> e fetichista<sup>4</sup>, o *altporn*<sup>5</sup> e a pornografia feminista. (PARREIRAS, 2012)

---

<sup>3</sup> O BDSM define-se como um conjunto de atividades eróticas regidas pelo princípio SSC: São, Seguro e Consensual. No qual BD significa Bondage e Disciplina; DS: Dominação e Submissão; e SM: Sadomasoquismo.

<sup>4</sup> Fetiche: qualquer objeto, geralmente peças do vestuário, ou parte do corpo que se acredita apresentar qualidades mágicas ou eróticas. Disponível em: Dicionário Michaelis *online*.

<sup>5</sup> *altporn*: pornografia alternativa. Ler: Parreiras (2012) “Altporn, corpos, categorias e cliques: notas etnográficas sobre pornografia *online*”.

## CAP. 3 - REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO NA PORNOGRAFIA AUDIOVISUAL MAINSTREAM CONTEMPORÂNEA

Neste terceiro capítulo analisaremos alguns aspectos das representações de gênero existentes na pornografia *mainstream* heterossexual, evidenciando como a misoginia, o racismo, a violência e a subalternização do prazer feminino sempre estiveram presentes nessas construções audiovisuais e influenciam a forma como os corpos e as sexualidades são representados nesses filmes e vídeos.

### 3.1. O *mainstream* e a coreografia da pornografia

Nas produções e representações da mulher no universo pornô, a mulher é representada de duas formas: a primeira, predominante nas produções de filmes pornográficos e única que podemos denominar como *mainstream*, é a representação da mulher na posição de submissa ao desejo masculino, ao mesmo tempo em que é portadora de um desejo sexual insano e insaciável, colocada como um instrumento para a satisfação do homem. Como afirma Leite Júnior, “o grande *mainstream* pornô heterossexual, seja *soft core* ou *hard core*, é feito para atender aos padrões do imaginário sexual masculino” (2006, p. 168-169). Já a segunda linha de representação que não compõe o *mainstream*, está ligada a uma vertente mais alternativa de pornografia, tratando-se de produções mais atuais, nas quais o prazer da mulher é o ponto de referência. Geralmente, esse segundo tipo de produção é pensado no propósito de representar outro padrão que não seja o que coloca o corpo da mulher apenas como instrumento da satisfação masculina. Nestes filmes, os homens muitas vezes são postos em cena apenas no propósito de compartilhar do gozo feminino, e as mulheres tendem a trabalhar como atrizes principais. Esses tipos de filmes frequentemente também são dirigidos e produzidos por outras mulheres. Neste capítulo, faremos referência especificamente à representação predominante da mulher no pornô *mainstream*.

Benitez (2009) traz o termo sexo coreográfico para elucidar o estilo ritualizado das transas no pornô *mainstream*, as quais caracterizam-se por conservar uma ordem ou sequencia nas posições sexuais executadas e o tempo específico de cada uma delas, onde a coreografia do sexo precisa ter um tempo de duração específico, a fim de que, ao final, o conjunto das sequencias conforme uma transa ou cena, e seja unido a outras feitas sob o mesmo esquema, consolidando a composição do filme como um todo. As performances geralmente se iniciam com ardentes e rápidos beijos na boca, seguidos por intensos e breves beijos nos seios de



mulheres ou travestis e, logo após, segue-se para o sexo oral, como terceiro passo da coreografia.

A autora retrata que, durante o acompanhamento que fez de alguns diretores de filmes pornô para a construção de sua pesquisa, alguns deles faziam questão de que as mulheres fossem as primeiras a fazer o sexo oral nos filmes heterossexuais. No entanto, destaca que não são todos os diretores que dão importância à questão. O sexo oral ocupa um papel relevante nas performances, pois é a partir dele que a interação com os genitais inicia-se de fato. Em alguns casos, há vídeos em que o homem é dispensado da execução dessa prática; logo, essa primeira interação sexual direta pode identificar ou delimitar inicialmente em qual dos corpos a satisfação do prazer estará centralizada. Quando há sexo oral na mulher, muitas vezes este ocupa o papel de mera “preliminar”, tendo como foco facilitar a penetração vaginal.

A ênfase do sexo oral no homem em algumas performances e a valorização da exibição do pênis se dá devido a esse tipo de estética ser um dos principais fios condutores dos filmes pornográficos heterossexuais *mainstream* mais consumidos, e também porque enquadram-se na estética do padrão sexual socialmente legítimo. Nesse tipo de produção, ao longo das imagens, as câmeras focalizam todo o corpo da mulher e seu rosto, visto que este último é um importante elemento utilizado para registrar e validar o prazer feminino, além do som, através dos gemidos, mesmo que este prazer esteja sendo fingido pelas atrizes.

Já o corpo do homem é exibido de forma fragmentada, codificado quase que exclusivamente por seu pênis. Nesse sentido, o rosto masculino parece não ser relevante na estética do olhar pornô heterossexual. Segundo Benitez, alguns diretores justificam que a ausência dos rostos dos atores masculinos é uma estratégia para que o espectador sinta-se como executor de toda a ação, ou seja, imagine que é ele quem está ali.

Finalizadas as cenas de sexo oral, as penetrações vaginais iniciam-se, porém não obrigatoriamente com a penetração do pênis. A manipulação do clitóris, a introdução dos dedos ou de outros objetos como consolos ou até mesmo vegetais (a depender do filme/vídeo) muitas vezes é realizada no intuito do alongamento do orifício, consistindo numa espécie de “estética do espetacular”, antecedendo a penetração do pênis. “[C]omo diz Baudrillard (1992), sobre a pornografia em si, o fundamental é a “alucinação do detalhe” (BENITEZ, 2009, p.162).

O pornô (como as ciências médicas) fragmenta o corpo para expor seus pormenores [...] “esse excesso de real em seu detalhe microscópico, esse voyeurismo da exatidão, do grande plano sobre as estruturas invisíveis das células” (BAUDRILLARD, 1992, p. 39 apud BENITEZ, 2009, p.162).

### 3.2. Heteronormatividade e a subalternização do prazer feminino

Como já mencionado anteriormente, alguns autores indicam haver uma tendência na indústria de vídeos pornográficos de tentativa de busca de equilíbrio nas representações dos gêneros, sobretudo o feminino, a partir da produção de filmes que visem a gratificação desse público com tramas, situações e ações sexuais em que a excitação e satisfação dos desejos sexuais da mulher apareçam como igualmente relevantes (cf. ABREU, 2012). No entanto, todas as práticas sexuais mencionadas aqui (re)produzem as lógicas e o discurso da heterossexualidade e da subalternização do prazer feminino. Tratando-se de homens, a pornografia *mainstream* em geral reforça o heteronormativo, potencializando atitudes e corpos associadas à virilidade do masculino.

Nessas estéticas, a masculinidade é colocada como elemento central. Este é o formato que mais gera lucros. Esses modelos de produção, sobretudo esse estilo de performance, não desobedecem os papéis de gênero e tampouco de sexualidade, muito pelo contrário, os reiteram no discurso da heteronormatividade e os ratificam. Logo, as formas de representação dos corpos e dos atos sexuais estão muito ligadas aos gêneros de filme/vídeo pornô mais consumidos/visualizados, uma vez que as produções que fujam de práticas socialmente aceitas – geralmente desvinculadas aos padrões heterossexuais normativos – não alcançam tanto lucro.

[...] Em filmes orgiásticos, por exemplo, o discurso sobre a virilidade acentua-se, pois trata-se de indicar que só verdadeiros garanhões conseguem penetrar diversas mulheres sucessivamente e satisfazer a todas elas. Há, assim, uma proibição tácita em relação a marcas que coloquem os homens no papel delimitado ao feminino. Muitos atores afirmam que, em nenhuma circunstância, permitiriam que uma atriz tentasse fazer neles um “fio terra”, ou penetração do ânus com os dedos. Outros mencionam que a dificuldade de participar de gang bangs ou de fazer dupla penetração em uma mulher consiste na proximidade física que seu próprio pênis teria obrigatoriamente em relação ao pênis do outro ator. Finalmente, outros comentam que dispensam fazer sexo oral em atrizes cujo clitóris é pronunciado demais, como um pênis anão. Todas estas ressalvas têm como base o cuidado com a imagem de heterossexuais, ou de homens-homens, como vários deles se autodenominam. A manipulação da imagem de machos logra positivá-los para além das redes pornô (BENITEZ, 2009, p. 166).

Nos gêneros pornográficos, algumas fronteiras, segundo os produtores acompanhados por Benitez, são ultrapassadas somente em filmes bissexuais. Ou seja, existe um cuidado com o método de produção pornográfica, o qual evita misturar estilos ou arranjos de gênero, no qual um filme hetero, por exemplo, não permite “jogos gays”, da mesma maneira em que em num filme gay não participam mulheres. No entanto, toda essa preocupação acerca da

masculinidade e virilidade dos atores, bem como o cuidado em manter separados os gêneros dos vídeos, responde ao tipo de masculinidade construído nos mesmos. A lógica da valorização da heterossexualidade entre os sujeitos que fazem pornô só se aplica aos homens (BENITEZ, 2009, p. 168).

Em relação às mulheres, o que predomina também é a lógica de um sexo pensado e direcionado dentro das convenções da heterossexualidade. As cenas lésbicas anunciam um sexo que pertence ao *outro*, ou seja, direcionado ao consumo de homens heterossexuais. Neste caso, as experiências sexuais das atrizes fora dos *sets* de filmagem não é uma questão que influencia negativamente suas carreiras ou impacta o status social nessas redes. Como afirma Benitez (2009), ser bissexual ou lésbica não interfere negativamente na carreira dessas mulheres enquanto atrizes e nem tampouco as incrementa.

Nesse sentido, se faz importante refletir que, se tratando das mulheres, um dos fatores pelos quais ser bissexual ou lésbica não interfere em suas carreiras profissionais e reputação, pode se dar justamente pelo fato de que as relações sexuais entre duas mulheres no pornô *mainstream* são resumidas a fetiches, e compreendidas na dimensão da heteronormatividade enquanto formas de satisfação masculina. Nesses casos, a prática sexual de mulheres com outras mulheres não se torna uma questão problemática exatamente porque não foge da lógica da centralidade do prazer masculino. Esse tipo de fetichização de práticas sexuais lésbicas ou bissexuais pode levar à reprodução de violências e preconceitos direcionados a esse grupo, uma vez que as relações interpessoais entre mulheres que fogem da dimensão da satisfação masculina são deslegitimadas e invalidadas.

“De certa maneira, apesar de sua aparência transgressora, a pornografia nada mais é do que a reafirmação conservadora dos valores dominantes. A pornografia parece colocar em cena algumas questões privadas no campo público, o que faz com que seja entendida por muitos como uma transgressão moral. Contudo, dentro daquilo que ela se propõe a mostrar, apenas o estabelecido tem ampla aceitação.” (FARIA, 2010)

### **3.3. Racismo e pornô *mainstream***

As produções estadunidenses construídas a partir da diversificação de etnias com a introdução de mulheres orientais, negras e latino-americanas em relações inter-raciais, compõem uma ramificação dos pornô-vídeos que movimenta muitos acessos nas plataformas digitais que disponibilizam acesso a material pornográfico. A produção de pornografia com pessoas de raça, gênero e/ou sexualidade que são tidos enquanto “excêntricos” ou

“excepcionais” na sociedade capitalista ocidental influencia um dos elementos imaginários mais fortes do universo pornô, que é a *exotização do Outro*, seja ele “a brasileira” ou alguém reconhecido/a genericamente como “oriental”, por exemplo. (PISCITELLI, 2002; SAID, 1990; WEISZ, 2007 apud. LEITE JR, 2011, p. 109)

A exotização e erotização do “outro” têm sido formas de expressar, simbolicamente, nas relações cotidianas, processos de dominação econômica e cultural. O colonialismo parece ser um desses eventos que saturou de signos eróticos não só as terras “exóticas”, mas também seus habitantes. Na tradição moderna ocidental o erótico guarda marcas históricas persistentes que dão sentido aos encontros sexuais contemporâneos. (PELÚCIO, 2010, p. 206 apud. LEITE JR, 2011, p. 109)

Dessa forma, a sexualização dos povos colonizados foi indissociável de uma racialização dos sexos, dos gêneros e das práticas sexuais (PELÚCIO, 2010; PISCITELLI, 2002; RAGO, 2008; YOUNG, 2005 apud. LEITE JR, 2011, p.110). Nesse contexto, a pornografia insere-se enquanto elemento central na disseminação de um imaginário colonial que reforça esses indivíduos enquanto seres exóticos e sexualizados.

Nas representações de mulheres negras, latinas e asiáticas, é notório o elemento exótico atribuído a esses corpos, somado à sexualização daquilo que é exibido e entendido como “sedutoramente desconhecido”, corpos que estão prontos para terem seus mistérios desvendados. A fugacidade sexual da latina, a selvageria da mulher negra, dentre tantos outros estereótipos que são construídos a partir da distinção étnica, são fortemente utilizados no universo pornô, sobretudo no *mainstream*, reforçando o racismo e a misoginia. Endereços da internet ou plataformas digitais famosas que disponibilizam material pornográfico possuem indispensavelmente centenas de subclassificações de gêneros de pornografia, além de outras diversas possibilidades de subdivisões, que direcionam o/a espectador/a (mais frequentemente “o” espectador) aos mais diversos marcadores de categorias de vídeos pornográficos.

Tratando especificamente do corpo da mulher negra, e trazendo este debate para o contexto brasileiro, traçamos um paralelo com o que ocorre no rito carnavalesco. Segundo analisado por Gonzales (1984), a mulher negra

[...] transforma-se única e exclusivamente na rainha, na “mulata deusa do meu samba”, “que passa com graça/fazendo pirraça/fingindo inocente/tirando o sossego da gente”. É nos desfiles das escolas de primeiro grupo que a vemos em sua máxima exaltação. Ali, ela perde seu anonimato e se transfigura na Cinderela do asfalto, adorada, desejada, devorada pelo olhar dos príncipes altos e loiros, vindos de terras distantes só para vê-la. Estes, por sua vez, tentam fixar sua imagem, estranhamente sedutora, em todos os seus detalhes anatômicos; e os “flashes” se sucedem, como fogos de artifício eletrônicos. E ela dá o que tem, pois sabe que amanhã estará nas páginas das revistas nacionais e internacionais, vista e admirada pelo mundo inteiro.

Isto, sem contar o cinema e a televisão. E lá vai ela feericamente luminosa e iluminada, no feérico espetáculo (GONZALES, 1984, p.228).

Em consonância com o endeusamento que cerca esta mulher negra no rito carnavalesco, em seu cotidiano ela se transfigura em empregada doméstica, ocupando o lugar do servir. Deve servir no trabalho e deve servir sexualmente. Trazendo a reflexão para o universo pornográfico, é indiscutível que o racismo está diretamente ligado à forma como as mulheres e homens não brancos/os serão retratados, patente sobretudo na existência da categoria “inter-racial” nos sites pornô. No caso das mulheres brasileiras brancas e negras, ambas se enquadram na categoria de “latinas” dentro do gênero pornográfico inter-racial estadunidense.

### 3.4. Corpos e violências

A partir da consolidação da indústria pornográfica em meados dos anos 1980, o acelerado acesso e consumo de materiais pornográficos também gerou o aumento constante da busca por “novos rostos” para as produções de filmes e vídeos. No contexto atual das plataformas digitais de acesso pago ou gratuito, a lógica permanece a mesma, onde a rotatividade das atrizes ainda é recorrente, sendo mantido grande enfoque nas *pornstar* como forma de alcançar notoriedade e até mesmo a fama no universo pornô. Abreu (2012) destaca que uma resultante desse tipo de sistema descartável é a frequente mudança de nome por parte das atrizes, sendo muito comum trabalharem com um nome durante determinado período de tempo, saírem de cena, e algum tempo depois retornarem com outro nome e aparência, o que pode refletir mudanças a partir de cirurgias plásticas, aplicações de silicone, dentre outros<sup>6</sup>.

A hipótese de que o público consumidor de pornografia é predominante masculino faz com que todo o marketing da indústria gire em torno desse fator. E, sendo assim, o corpo das atrizes e suas performances são os elementos de maior interesse da indústria, que busca destacar em seus produtos as fotos de capa, além da presença constante de *pornstars* em revistas especializadas, seus nomes em primeiro lugar nos créditos, dentre outros. Os anos 1990 do pornô também inauguram a geração de corpos fisicamente “esculpidos” em academias ou por cirurgias plásticas.

---

<sup>6</sup> No pornô produzido para exibição em plataformas de *streaming* é comum também a utilização de “mulheres comuns”, sem destaque a *pornstars*. Embora não se caracterizem apenas por isso, há significativa relação deste tipo de pornô com a exploração e tráfico de mulheres, bem como com a prática sistemática do estupro. Neste trabalho de conclusão de curso não abordaremos esta importantíssima questão, devido à sua complexidade.

O uso do silicone, principalmente para aumentar e enrijecer os seios, abre espaço para a criação (ou representação) de corpos que refletem sedução e energia, mas, no entanto, encontram-se distantes do público espectador e acabam por criar um padrão de beleza artificialmente sedutor (ABREU, 2012). O corpo masculino no pornô *mainstream*, por sua vez, em sua maioria também segue o perfil físico atlético e viril, significante da masculinidade. Diferente das atrizes, contudo, os homens permanecem por muito mais tempo em ação, conseguindo gravar muito mais pornovídeos (o que está associado também à valorização da juventude e proibição do envelhecimento associados à misoginia).

De todo modo, como dito anteriormente, uma das principais características do pornô é a construção de discursos e narrativas sobre excessos: excesso de prazer, excesso de curtição. E conseqüentemente, excesso também nas práticas sexuais no que diz respeito ao uso do próprio corpo e de seus limites. Segundo Benitez (2009) a pornografia produz um “hipergênero”: masculinidades excessivas e feminilidades excessivas, no sentido de que os gêneros são construídos por intermédio da lógica do exagero. Até mesmo o corpo da mulher, embora enquadrado no plano heteronormativo muitas vezes como frágil, consegue alcançar a transgressividade, segundo a autora.

Ainda que corroborando com ideários socialmente aceitos de feminilidade utilizando maquiagens e roupas extravagantes, durante o ato sexual, características tradicionalmente atribuídas às mulheres como comportamento dócil e frágil são transgredidas, dando lugar às vezes a um ato sexual no qual elas dizem em voz alta o que desejam e como desejam. Tal comportamento, de certo modo, desmistifica os padrões de inocência nos quais a sexualidade da mulher tem sido enquadrada e idealizada. Sendo assim, nesse tipo de pornografia o corpo e o sexo podem ser interpretados “como lugares de resignificação para as mulheres, uma resignificação que mediante o excesso e a transgressão de modelos da sexualidade feminina, simbolicamente as masculiniza” (BENITEZ, 2009, p.170).

É importante ressaltar que para além deste olhar sobre a mulher enquanto dona de seus desejos e de sua sexualidade, na pornografia *mainstream* o corpo feminino é construído enquanto um objeto configurado única e exclusivamente para a satisfação dos desejos masculinos, sob uma lógica patriarcal e machista de dominação. Essa linha de pensamento por vezes também atribui à pornografia o aumento da violência contra mulheres, o incentivo a crimes de misoginia, discriminação sexual e a contribuição para a manutenção e propagação de preconceitos e desigualdades hierárquicas de gênero. Organizações como a “*Women Against Pornography*”, “*Feminist Fighting Pornography*”, “*Nacional Coalition Against*

*Pornography*” e “*Women against violence in Pornography and Media*” (FREIRE, 2000, p. 76; GREGORI, 2004, p. 237 apud. BENITEZ, 2009) estão entre as principais entidades que lutam pelo fim da indústria pornográfica e pelo fim da violência contra a mulher nos meios digitais.

É relevante mencionar que a existência de um modelo de produção pornô que pensa a ressignificação corporal das mulheres não exclui as produções *mainstream*, que reproduzem estéticas muito fortes de violência e reduzem a mulher a um objeto a ser dominado, potencializando os discursos sobre diferenças hierárquicas entre os gêneros. Nesse tipo de pornô, a feminilidade é colocada enquanto frágil e a estética e o ideário viril masculino é levada ao extremo, a partir de pressupostos do que “é ser homem”. A coerção e a violência são uma das principais características desse tipo de filme/vídeo pornô e reproduz ideários rígidos no que diz respeito às hierarquias de gênero.

Ainda de acordo com Benitez, a autora cita as séries “Violadas ao extremo” e “Violação Anal” como algumas das mais conhecidas no Brasil, nas quais são reproduzidas essas configurações de prática sexual humilhante, na qual a mulher é exposta a situações degradantes num contexto total de submissão.

A autora destaca algumas legendas disponíveis nas contracapas das séries:

- “Lindas e indefesas, elas são submetidas à humilhação e à violência de um estupro”.
- “Assista às cenas de estupro e humilhação de mulheres mais realistas já filmadas no Brasil”.
- “Ao serem estupradas, elas são obrigadas a fazerem tudo que não querem e sem camisinha”.
- “Um filme com cenas extremamente fortes, de violência no sexo anal com as mais belas mulheres. Sem perdão, elas têm seus ânus violados SEM CAMISINHA!!!”

A partir da descrição por Benitez sobre o conteúdo dos episódios das séries citadas, fica notável como nesse modelo de filme/vídeo pornográfico, as representações do masculino e do feminino reproduzem conotações diretamente ligadas a definições essencialistas de gênero, que atribuem ao masculino a rudeza física e a postura violenta sexualmente, e, ao feminino, o passivo e vulnerável. Gregori (2004) traz a reflexão a respeito de como é recorrente que o corpo sujeito de violação seja sempre o corpo feminizado, não sendo

necessariamente o de uma mulher, mas sim de pessoas que possuam traços/características femininas.

A vertente feminista que posiciona-se enquanto pró-sexo e a favor da pornografia traz enfática e positivamente em seus discursos a questão da escolha da mulher quando trata-se da participação das atrizes nesse tipo de gênero pornográfico. É notório que existe a questão de que há atrizes que optam, cientes do que se trata, por gravar cenas que retratam uma situação de estupro, por exemplo, e sua participação não se dá sob o efeito de coação ou ameaça. Em alguns casos, a pornografia pode ser para algumas mulheres um meio de atingir objetivos e alcançar ganhos econômicos mais significativos. Mas é evidente que a questão da violência na pornografia não se soluciona devido à presença da escolha de algumas mulheres. Como recomenda Benitez (2009), essa questão merece uma análise mais detalhada e específica, a qual está além do que propõe este trabalho.



## **CAP. 4 - FEMINISMOS E ALGUNS DOS DISTINTOS POSICIONAMENTOS SOBRE A PORNOGRAFIA**

Os feminismos contemporâneos emergem trazendo análises e estruturando movimentos sociais em torno de denúncias sobre a exploração, dominação e a opressão das mulheres. Nesse processo, destaca-se o principal sujeito do movimento: as mulheres.

Em algumas das primeiras expressões autodenominadas feministas, a diversidade e as particularidades da vivência de algumas mulheres não foram consideradas, logo, houve protestos por parte das mulheres que não se reconheciam nestes feminismos, principalmente quanto ao reconhecimento de direitos, alertando sobre os limites e perigos da homogeneidade e, claro, reivindicando experiências de sexualidade. A principal crítica feita a algumas das análises hegemônicas é de que se pautavam a partir da vivência e das falas de mulheres brancas, heterossexuais, ocidentais, inseridas no código da “boa sexualidade”, desconsiderando totalmente questões estruturais ligadas à raça, gênero, classe, dentre outros elementos relevantes para uma leitura crítica e profunda da sociabilidade e das particularidades dos sujeitos que a compõem.

A crítica à homogeneidade dos sujeitos e a reivindicação de reconhecimento da diversidade possibilitaram o aprofundamento da reflexão sobre a recusa de moldes identitários únicos. Sendo assim, algumas das concepções feministas mais recentes viabilizaram ao pensamento contemporâneo a atenção às condições de exterioridade, mas também a contradições internas do próprio movimento feminista e a uma constante autocrítica. Fatores como a possibilidade de acesso ao trabalho assalariado, o avanço dos direitos sexuais e reprodutivos como métodos contraceptivos, ou o avanço dos debates em torno do aborto e da vida urbana, foram determinantes na potencialização da autonomia feminina. Por meio disso, aumentou também para as mulheres a aproximação com sua sexualidade e a manifestação da mesma de formas mais visíveis e menos desinibidas, em relação ao padrão capitalista construído nos séculos anteriores.

Esse movimento de aproximação com as questões relativas à sexualidade foi de extrema relevância, pois foi possível explicitar a importância de se viver a sexualidade para além dos moldes e discursos hegemônicos enquadrados na heteronormatividade e na cultura patriarcal<sup>7</sup>, nos quais o lugar do feminino é assimilado à passividade e reprimido na instância

---

<sup>7</sup> De acordo com Oppen (2015) e Arruzza (2015), frequentemente encontramos as expressões *patriarcado*, *sistema patriarcal*, *patriarcal* e *relações patriarcais* nos documentos feministas para expressar que as opressões e desigualdades de gênero que sofrem as mulheres não são produtos das relações interpessoais, não são mero acaso, senão que “[...] são questões que atravessam toda a sociedade, fundamentalmente reproduzidas através de

do prazer, numa lógica construída a partir das desigualdades entre homens e mulheres (SANTANA, 2019).

Com a emergência de feminismos dissidentes, o sujeito político do feminismo hegemônico é colocado sob suspeita [...] e esta categoria universal e naturalizada será alvo de profundos descentramentos ou des-territorializações [...] que surgem, entre outros, de discursos críticos do pós-modernismo, pós-feminismos, feminismos negros (Black Feminism), pós-coloniais e de teóricos gays e teóricas lésbicas, trabalhadoras/es sexuais ou atrizes pornô que vêm iluminar – com categorias como raça, etnia, orientação sexual, heteronormatividade – a complexidade e multiplicidade de opressões. (COELHO, 2009, p. 29 apud. SANTANA, 2019, p. 62)

No campo da sexualidade, as práticas sexuais e o questionamento do sexo biológico são debates amplamente explorados dentro do feminismo e suas diferentes expressões. Junto ao avanço do movimento e de suas perspectivas de análise crítica da realidade, surgem também a pornografia e a sexualidade enquanto objetos de interesse. Mas, em torno do debate da pornografia, é certo que nunca houve um consenso ou visão única no movimento feminista sobre como tratar o tema, o que torna ainda mais desafiadora a construção e reivindicação de novos argumentos e pontos de vista dentro desse debate.

Neste quarto e último capítulo, traremos uma breve apresentação do que foi a chamada “Revolução Sexual” que iniciou a partir do fim da década de 1960 e de seus principais impactos no debate político acerca da sexualidade, no avanço dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, na desestigmatização de práticas sexuais e, também, na sua influência no processo de legalização da pornografia. Em seguida, apresentaremos algumas linhas gerais dos debates feministas em torno da indústria pornográfica e as linhas teóricas de pensamento contra e a favor da erradicação da indústria pornográfica e do trabalho sexual. Faremos também um breve percurso pela chamada pornografia feminista, a qual também é cercada por muitos discursos contra e a favor, e se propõe a construir novas formas de representações dos corpos e práticas sexuais, sobretudo das sexualidades dissidentes da cis-hetero normatividade.

---

mecanismos que não podem ser explicados no nível individual” (ARRUZZA, 2015, p.35). Contudo, no âmbito do desenvolvimento e aprofundamento teórico e não tanto da agitação política, ao analisarmos as relações sociais que se estabelecem no capitalismo, quando buscamos entender o conceito de patriarcado que herdamos do Feminismo Radical e sua relação com o capitalismo, é difícil e complexo entendê-lo como elas o colocam: um sistema independente, de opressão e dominação econômica e cultural das mulheres pelos homens, com leis próprias, que interage com o capitalismo, no qual mulheres e homens são castas/classes sexuais. Portanto, ao longo desse texto, utilizaremos estas expressões no mesmo sentido que adotam as autoras, compreendo a importância política que seu uso tem mas também assumindo a crítica que caminha para o pensamento de uma teoria unitária, na qual a desigualdade de gênero aparece como estrutural e estruturante da reprodução capitalista. Para aprofundar tanto sobre a origem e o desenvolvimento da teoria do patriarcado como na crítica que as marxistas fazem posteriormente, ver (OPPEN, 2015) e (ARRUZZA, 2015).

#### 4.1 A assim chamada “Revolução Sexual” de 1960

A história da assim chamada “Revolução Sexual” normalmente é contada a partir dos países centrais. Nos Estados Unidos dos anos 1960, discussões sobre aborto, sobre controle de natalidade e sobre a exibição de filmes pornográficos eram assuntos que não tinham lugar na sociedade, deixados de lado sob a noção de que questões relacionadas à “intimidade sexual” deveriam ser reservadas e mantidas restritas ao âmbito privado, não cabendo o debate público enquanto pauta política e social. Se a menção a esses tabus ocorria, era sempre de maneira resguardada e ilícita, tamanho o sigilo e perigo que os rondava. Tais barreiras começaram a ser gradualmente dissolvidas a partir do surgimento da tecnologia da pílula anticoncepcional para as mulheres, como forma de controle de natalidade. A abertura da possibilidade de controle das consequências reprodutivas ligadas às relações sexuais viabilizou novas formas de comportamento e práticas sexuais. (WILLIAMS, 2012)

A efervescência das lutas políticas e a busca por visibilidade e maiores direitos sociais pelos grupos chamados por “minorias sociais” foi um forte movimento que marcou os Estados Unidos e a Europa Ocidental (tendo existido também no Brasil e em outras partes do mundo), e atingiu o seu clímax também no final dos anos 1960, reverberando-se sobre década seguinte. Tal movimento englobava pautas sociais e uma atividade contra cultural em oposição a normas e padrões estabelecidos, perpassada pela luta contra o racismo, contra a guerra, contra o sexismo e contra o capitalismo. Combinando a efervescência das lutas e o surgimento da pílula anticoncepcional, essa “Revolução Sexual” aconteceu de maneira indissociável do crescimento do feminismo, da crítica à dupla moral sexual e também da conquista de direitos por parte de dissidências sexuais e de identidade de gênero.

Willians (2012) destaca que pesquisas mostram que, até 1969, sete em cada dez estadunidenses opunham-se ao sexo fora do casamento; e que, até meados do início da década de 1970, a reprovação de mulheres que optavam pelo uso da pílula anticoncepcional e pelo sexo fora do contrato do casamento era muito comum. No entanto, a partir de 1973, o número de pessoas que adotaram essas práticas cresceu consideravelmente, tornando-se uma maioria, e em uma nova pesquisa, constatou-se que naquele ano apenas 48% dos entrevistados se opunham ao sexo fora do casamento (LUKER, 2006, p. 76-77 apud WILLIANS, 2012, p. 25). Dentro desse período de seis anos e como resultado de muitas lutas, nos Estados Unidos, abortos passaram a ser legalmente permitidos em alguns Estados, pílulas anticoncepcionais e camisinhas tornaram-se facilmente acessíveis até mesmo para adolescentes, o controle de

natalidade foi legalizado. A liberdade e escolha das mulheres já não estava mais formalmente condicionada ao controle e autorização dos homens.

Nasci em 1969. Frequentei uma escola mista. Desde as primeiras aulas percebi que a inteligência dos meninos era a mesma que a das meninas. Vesti saias curtas sem que ninguém da minha família tenha se preocupado com a minha reputação na vizinhança. Tomei pílula a partir dos catorze anos sem nenhuma complicação. Transei assim que tive oportunidade, adorava trepar nessa época [...] Saí de casa aos dezessete anos e pude morar sozinha sem nenhuma interferência. [...] Abri uma conta no banco em meu nome sem perceber que pertencia à primeira geração de mulheres que podiam fazer isso sem pai nem marido. [...] Transei com centenas de caras sem nunca engravidar, e de todo jeito sabia onde fazer um aborto, sem autorização de ninguém, sem me arriscar. [...] As mulheres da minha idade são as primeiras que podem viver uma vida sem sexo sem ter que entrar para um convento. O casamento forçado virou uma coisa absurda. O dever conjugal não é mais tão óbvio. (DESPENTES, 2016, p. 14)

Fica evidente que esse período foi substancial, sobretudo para as mulheres, no avanço dos direitos sexuais e reprodutivos e no direito de participar ativamente da vida pública, no campo do trabalho, da educação e da representatividade política. No entanto, é importante ressaltar que essas mesmas configurações e esse Estado de direito não funcionava, e não funciona até hoje, igualmente entre mulheres brancas e negras. As mulheres negras, enquanto atravessadas pelas violências, discriminações e preconceitos relativas ao gênero, à raça, à classe e à sexualidade, são afetadas por esses fatores, sendo menor seu acesso à saúde, aos bens públicos e privados e aos direitos e políticas sociais.

Foi no contexto da “Revolução Sexual” de 1960/70 que as feministas negras aprofundaram sua crítica ao universalismo branco, o qual pensa a condição de mulher enquanto um modelo de mulher universal. O não reconhecimento da diferenciação existente entre as vivências de mulheres brancas e mulheres negras produz uma generalização das pautas e reivindicações, ou seja, uma universalização das mesmas, ignorando dessa forma as particularidades que perpassam a vida da mulher negra, como o racismo, a hipersexualização, o abandono, a solidão, dentre outros fatores.

Crenshaw (2002), uma referência do Feminismo Negro Interseccional, destaca a importância de apreender mutuamente as desigualdades estruturais de classe, raça e gênero enquanto elementos indissociáveis. A compreensão de gênero, raça e classe separadamente resultam na conclusão equivocada de que violências e discriminações que perpassam a vida de mulheres brancas são as mesmas experiências que perpassam a vida de mulheres negras. Nos termos da autora, deve-se reivindicar um movimento de identificação de “diferenças dentro da diferença”. Para citar apenas estadunidenses, muitas outras autoras negras também

indicam este problema, como Patricia Hill Collins e Angela Davis, sendo que esta última reivindica uma perspectiva que vai além da própria perspectiva interseccional, partindo do marxismo.

No contexto da “Revolução Sexual” de 1960, a alteração do lugar da sexualidade e das práticas sexuais retirou a reprodução enquanto elemento central e único do sexo. O casamento, as relações de poder fundamentais entre os gêneros e a qualidade e o tipo de relações sexuais foram postos em análise, gerando intensos debates dentre os mais diversos grupos da sociedade – homens, mulheres, heterossexuais, gays, velhos e jovens – a respeito de prazer, sexualidade e pornografia.

Esse processo também foi essencial para a construção de uma análise crítica sobre o processo de sexualização das condutas e sobre o desvelamento das relações de poder e de saber envoltas nesse movimento de sexualização, explicitando também o processo da medicalização das práticas sexuais, que, como mencionamos, vem ocorrendo no ocidente desde o final do século XIX e classifica certas práticas sexuais enquanto boas ou ruins, saudáveis ou nocivas. O sexo, então, passa a ocupar cada vez mais espaço na mídia, e com o próprio desenvolvimento capitalista, tanto ele como a sexualidade são cada vez mais mercantilizados.

A pornografia, que nos anos 1960 ainda não era legalizada nos EUA, nos anos 1970 já ocupava filmes e revistas, a exemplo da *Playboy*, invadindo o mercado e as publicidades de meios de comunicação impressos, ganhando grande visibilidade nos Estados Unidos. Na televisão não era diferente: programas exibiam mulheres representantes do sonho de consumo e do corpo ideal e comerciais despertavam fantasias e desejos eróticos. (BRANDÃO, 2016). Embora este processo tenha representado a possibilidade de maior contato de mulheres com sua própria sexualidade, deu-se também sob padrões estruturalmente misóginos, como destacamos anteriormente.

#### **4.2 Feminismos e pornografia: um debate político**

A nova e pública preeminência do sexo, proliferada na forma de atos sexuais visíveis e com ampla conexão com a pornografia, inspirada em revistas e filmes, suscita discussões acerca de sua natureza e função do pornô no campo do feminismo. O debate em torno do sexo dentro do movimento feminista levanta muitos embates e questionamentos, que correspondem

às diferentes perspectivas teórico-metodológicas e políticas de diversas vertentes do feminismo.

A essência do debate gira principalmente em torno a duas compreensões: a de que o trabalho sexual é exploração e violência e a de que o trabalho sexual é, apesar disso, trabalho. Destacamos quatro posições que sistematizam os debates em torno do trabalho sexual: o modelo abolicionista, o proibicionista, o regulamentarista, e a perspectiva trabalhista (Piscitelli, 2005). As primeiras três posições acreditam que o trabalho sexual deve ser suprimido ou controlado pelo Estado. A última se coloca em uma perspectiva de organização e luta por direitos trabalhistas. Nos centraremos em apresentar o debate entre a posição abolicionista e a perspectiva trabalhista, porque são os que mais dialogaram com a nossa pesquisa em termos de nosso levantamento de fontes bibliográficas.

Porém, antes de prosseguirmos com a apresentação destas concepções, esclarecemos que não assumimos que as relações de trabalho na pornografia e na prostituição são as mesmas. Por ser um debate que foge o escopo deste trabalho, não iremos nos aprofundar no mesmo. No entanto, é possível relacionar os posicionamentos existentes no debate sobre a prostituição, como tipo de trabalho sexual específico, aos debates sobre a indústria pornográfica. Consideramos importante, portanto, explicitar que tais linhas de pensamento e posicionamento existem e que integram o amplo debate feminista em torno da indústria pornográfica, da prostituição e do trabalho sexual. Isto porque a essência do debate sobre o tema da prostituição/trabalho sexual é a mesma do debate da pornografia.

A perspectiva que entende o trabalho sexual como exploração e violência, vinculada principalmente ao Feminismo Radical, centra seu discurso a partir de uma perspectiva de construção social do gênero. Esta formulação aponta que as desigualdades e a posição de desvantagem das mulheres em todas as áreas da vida pública e privada nas sociedades e nas culturas patriarcais residem na forma como o próprio gênero foi e é construído (RAMALHO, 2012). Logo, as instituições da sociedade, controladas por homens, tendem a produzir e reproduzir relações de opressão e mulheres que aceitam a própria dominação, através do desempenho dos papéis socialmente atribuídos às mulheres. Essa perspectiva possui o foco na transformação da consciência e da realidade social como meio de superação do estado de submissão no qual todas as mulheres se encontram, contrapondo neste sentido mulheres e homens como antagonistas principais.

Autoras como Pateman (1993) - que não compõe exatamente a corrente denominada como “feminista radical” - e Mackinnon (1989) apontavam, respectivamente, a prostituição

como uma extensão da dominação masculina, tendo os homens acesso privilegiado ao corpos das mulheres na indústria do sexo, e a prostituição como um exemplo extremo de como a sexualidade feminina foi construída como um objeto nas sociedades. Ainda que fortemente influenciada pelo pensamento marxista, essa vertente do Feminismo Radical não assume o trabalho sexual enquanto trabalho. Nesse aspecto, a prostituição é apontada como uma exploração capaz de violar os direitos humanos e violar a dignidade individual. Ramalho (2012), citando a feminista Barry (1995), destaca como a mesma aponta a prostituição como um universo cercado por medo, dor, sofrimento, abusos, considerando que a mesma transforma as prostitutas em objetos sexuais desumanizados.

Além disso, é comum a utilização de termos como “escravas sexuais”, “vítimas”, “sobreviventes” ou “mulheres prostituídas” para referir-se às trabalhadoras do sexo, e os homens que compram esses serviços são enquadrados como “agressores” ou “predadores sexuais” (Barry, 2003; Fontinha, 2001; Jeffrey, 1997; MacKinnon, 1989; Raymond, 1999 apud RAMALHO, 2012). A problemática desse tipo de discurso está no fato de que os termos utilizados vão numa direção de vitimização das mulheres e culpabilização do homem, pois partem do pressuposto da imagem da mulher como mero objeto sexual, direcionada unicamente à satisfação do desejo masculino. Ao reduzir a prostituição unicamente à violência e exploração sexual, essa perspectiva de pensamento exclui a existência de liberdade, escolha e autonomia por parte das mulheres que trabalham na indústria do sexo. Logo, não é feita, por essa vertente do Feminismo Radical, uma distinção entre “prostituição forçada” e “prostituição voluntária”. (RAMALHO, 2012)

Já a perspectiva do trabalho sexual como trabalho, quando associada ao Feminismo Liberal, traz a crítica ao discurso de que toda prostituição é forçada, mas em uma abordagem que desistoriciza e amplia em demasiado a “liberdade individual de escolha”. Essa perspectiva surge também a partir da década de 1970, construída maioritariamente por organizações de prostitutas. Ramalho (2012) destaca que a mudança da terminologia de *prostituta* para *trabalhadora do sexo* foi introduzida por Leigh e Harlot (Leigh, 1997), ambas integrantes do grupo de direitos de prostitutas COYOTE<sup>8</sup>. O termo trabalho sexual é empregado no intuito de solidificar o reconhecimento como trabalho das atividades realizadas, incluindo-se nesse termo mulheres, homens, cisgêneros, transgêneros, além de também englobar diferentes contextos de trabalho, como danças eróticas, *strip-tease*, prostituição de rua e interior,

---

<sup>8</sup> COYOTE: Organização americana (Call Off Your Tired Ethics), fundada por Margo St. James, em 1973, que deu o primeiro passo no desenvolvimento de um novo pensamento feminista, contestando o argumento de que toda prostituição é forçada, utilizado pelas feministas radicais. (RAMALHO, 2012)

pornografia, dentre outros. Dessa maneira, o termo inclui todos que trocam serviços sexuais por alguma forma de rendimento monetário, incluindo todas as atividades da indústria do sexo. (RAMALHO, 2012)

A mudança do termo também marca o início do movimento internacional centrado na defesa dos direitos dos/das trabalhadores/as do sexo, no qual se destaca a publicação do livro *Sex Work: Writings by Women in Sex Industry*, de Delacoste e Alexander (1987 apud RAMALHO, 2012). A definição de trabalho defendida por Bindman e Doezema (1997 apud RAMALHO, 2012) enfatiza o trabalho sexual como uma atividade laboral que parte da negociação e prestação de serviços sexuais com ou sem intervenção de uma terceira pessoa, serviços estes geralmente reconhecidos como disponíveis em locais específicos e cujos preços variam de acordo com as pressões de oferta e procura. A partir desta definição, a aceitação indiscriminada de clientes ou de atividades específicas defendidas pelo Feminismo Radical não é assumida. A negociação abriria a possibilidade de recusa de atos não acordados ou de clientes específicos, ficando a escolha a critério da/o profissional. Nesse sentido, a aceitação de qualquer proposta ou transação indesejada indicaria a presença de coação. Assim, a perspectiva liberal se propõe a reconhecer a escolha, a decisão e o consentimento das pessoas envolvidas na indústria do sexo e a liberdade de disporem de seus corpos. (RAMALHO, 2012).

Nessa mesma perspectiva do reconhecimento do trabalho sexual como trabalho, está a perspectiva trabalhista, vinculada principalmente com as organizações de prostitutas cujas demandas passam por direitos trabalhistas, direito à saúde pública, luta pela diminuição da violência e pelo fim do tráfico de pessoas para exploração sexual, no exercício de suas atividades.

Prada (2018) aponta que organizações de defesa dos direitos humanos, como a Anistia Internacional, defendem a legalização total do trabalho sexual no mundo já há algum tempo. No entanto, na maioria dos países, as leis criadas sobre a atividade do trabalho sexual sempre têm dentre seus objetivos o fim do mesmo, o que em sua opinião somente contribui com a precarização da vida das trabalhadoras que a exercem, empurrando-as para a clandestinidade e isolamento social. A autora problematiza ainda o estigma e o moralismo que rondam a legalização do trabalho sexual, com a crença de que a regulamentação da prostituição incentivaria mais mulheres a exercê-la, assemelhando-se ao discurso contra a legalização do aborto, que já se mostrou falso nos países onde o aborto é legalizado.



É verdade que muitas mulheres – muitas mesmo – recorrem à prostituição por não ver saída melhor para sua vida, por considerar suas poucas alternativas ainda piores ou impraticáveis. Este me parece motivo mais do que suficiente para garantir direitos a elas. É assim que pensamos em relação ao trabalho doméstico e outros trabalhos precários: se há pessoas que precisam exercê-los, que tenham ao menos um mínimo de garantias. (PRADA, 2018, p. 101)

A Nova Zelândia é um exemplo de país no qual o trabalho sexual é regido pelas mesmas leis que regem todas as outras atividades e relações de trabalho. Esse fator possibilitou ganho de causa a uma trabalhadora sexual que moveu um processo contra seu chefe por assédio moral e sexual, situação que é inimaginável quando pensamos em países onde o trabalho sexual segue sendo deixado à margem da lei e as trabalhadoras sexuais são criminalizadas (PRADA, 2018). “Garantir o direito das mulheres passa por aí [...] se é verdade que a maioria das pessoas envolvidas no trabalho sexual são mulheres, não há luta pelo direito das mulheres que não envolva resolver a questão do trabalho sexual” (2018, p. 101-102). Logo, o apoio a discursos que somente contribuem para a manutenção do estigma, moralismo e preconceito que envolve ainda hoje o trabalho sexual, somado à implementação de leis que tornam a atividade ainda mais precária, significa, para a autora, estigmatizar ainda mais as prostitutas sem beneficiar mulher nenhuma.

Embora eu possa reconhecer que a utopia de banir o trabalho sexual seja válida e, em certo sentido, bela, não posso deixar de perceber a distopia nela contida quando aplicada ao mundo em que vivemos hoje [...] banir a prostituição do planeta é empurrar mais e mais mulheres para a clandestinidade e para condições cada vez mais precárias de vida e de trabalho. Não é delírio imaginar que, em tempos de crise, mais e mais mulheres recorrerão ao trabalho sexual como forma de fugir da miséria. De algum modo, é preciso garantir a essas pessoas um mínimo de segurança. (PRADA, 2018, p.102)

Portanto, segundo essa linha teórica, a defesa da legalização total das relações envolvidas na indústria do sexo não significa não reconhecer todos os riscos, violências e problemáticas que cercam a indústria e o trabalho sexual, tampouco exclui a importância de cobrar dos governos políticas públicas que proporcionem e garantam mais opções para todas as mulheres - trabalhadoras sexuais ou não - e melhores salários e condições de trabalho. No entanto, é importante destacar que a escolha pelo trabalho sexual não é simplista, sendo perpassada por circunstâncias variadas, como a extrema pobreza, constrangimentos por falta de oportunidades laborais e limitações opressivas. Mas também inclui questões como a possibilidade de estabilidade econômica, maior autonomia e o alcance de melhores condições de vida para si e para suas famílias. (RAMALHO, 2012)

A perspectiva marxista pode assumir posições políticas que se encontram com essas duas compreensões, a do trabalho sexual como exploração ou violência e a do trabalho sexual como trabalho, porém, sob outras bases e com outra perspectiva teórico-prática. Iremos apontar aqui a vertente teórica marxista que se posiciona a favor da erradicação da prostituição a partir da superação do modo de produção capitalista, e outra, que defende a ampliação dos direitos das trabalhadoras sexuais e maior proteção trabalhista a essas profissionais, não enxergando na abolição a solução para as problemáticas que cercam a indústria do sexo.

Segundo artigo disponível no site *marxismo.org* com o título “Os marxistas e a prostituição” (2019), todas as mulheres trabalhadoras estão sob o julgo da exploração capitalista, mas, no entanto, a prostituição é um caso de exploração extrema, não podendo ser considerada como um trabalho. A ideia de que as mulheres possuem liberdade para vender seu próprio corpo é falsa, uma vez que, segundo o artigo, 80% das mulheres que exercem a prostituição são forçadas por traficantes e cafetões. Aquelas que não são vítimas de tráfico humano praticariam a prostituição sob condições de desespero, o que reforça a afirmativa de que a escolha de vender o próprio corpo não é livre (LÓPEZ, 2019).

Essa vertente não se denomina como abolicionista, pois, segundo o artigo, para que algo seja abolido, precisa primeiramente ser legalizado, o que não é o caso da prostituição. A luta pela erradicação da prostituição dentro da lógica da mercantilização e do lucro do sistema capitalista faz com que a mesma seja uma utopia, logo, o que se defende não é a abolição da prostituição, mas sim a criação de condições materiais para que as mulheres não tenham de “recorrer a esse tipo de escravidão” (LÓPEZ, 2019). O artigo destaca que a prostituição não proporciona à mulher que a exerce maior independência econômica, desenvolvimento de destreza física e intelectual, e que tampouco contribui para o desenvolvimento das forças produtivas, no qual se apoiará a reorganização econômica que fará parte da constituição do socialismo. Muito pelo contrário, esta prática somente refletiria “a escravidão depravada da barbárie mais degradante”, devendo portanto ser erradicada através da superação do próprio modo de produção capitalista (LÓPEZ, 2019).

Na direção contrária a essa linha de pensamento, coloca-se a vertente feminista marxista que reconhece o trabalho sexual como um trabalho. Para essa vertente, o horizonte da superação da exploração do trabalho sexual está na superação das bases materiais do mesmo, portanto, enquanto isto não ocorre, não se pode negar à classe trabalhadora seu direito

de auto-organização e de luta por melhores condições de trabalho e de vida. Portanto, se colocam a favor da luta por direitos das trabalhadoras sexuais.

O debate sobre a pornografia, em sua essência, como mencionamos anteriormente, também acompanha os embates que estão postos para o trabalho sexual em geral.

Contudo, segundo Vance (1984), o debate também é candente porque a sexualidade é vista como um terreno que coloca as mulheres na tensão entre o *perigo* e o *prazer*. Perigo, porque questões como o estupro e as violências no exercício da sexualidade precisam ser consideradas; e prazer, porque considera que a sexualidade e o erotismo têm o potencial de possibilitar a transgressão às imposições eróticas e restrições historicamente atribuídas à experiência sexual feminina, denominadas também como limites da sexualidade (apud SANTANA, 2016, p. 59).

Dessa maneira, o *perigo* e o *prazer* marcam duas importantes perspectivas de abordagem da discussão acerca da pornografia, fomentando os debates e disputas feministas sobre o peso simbólico que possuem socialmente os valores sexuais e as condutas eróticas, de modo que, desde os anos 1960, este tema é intensamente discutido.

No contexto da pornografia audiovisual estadunidense do final dos anos 1970, um período significativo que acompanhou um ascenso do ativismo feminista estadunidense, é possível observar que a reflexão crítica acompanha também a consolidação da própria indústria e os movimentos de ação e reação na sociedade. Este período ficou conhecido como “A era de ouro da pornografia” devido à explosão do surgimento das fitas VHS e ao desenvolvimento acelerado da produção de longas-metragens pornográficos nos cinemas comerciais, como já apresentado no capítulo 1.

Neste período, surge também o movimento *New Right*<sup>9</sup>, trazendo à tona a ameaça da retomada dos velhos padrões de moralidade, tensionando e polarizando o cenário político. Há uma relação entre a *New Right* e alguns setores do feminismo radical, para os quais o gênero feminino deveria corresponder a uma “essência” feminina que se assemelha bastante aos valores da ultradireita estadunidense.

Para este Feminismo Radical, a popularização da pornografia passa a ser uma preocupação cada vez maior, considerando a pornografia cada vez mais como uma das metáforas mais explícitas da opressão patriarcal contra as mulheres e os “bons costumes”.

---

<sup>9</sup> *New Right* (Nova Direita) - Coligação popular de conservadores estadunidenses que liderou coletivamente o que os estudiosos muitas vezes chamam de "ascendência conservadora" ou "ascendência republicana" do final do século XX. A Nova Direita consistia em ativistas conservadores que se opõem a uma variedade de questões, incluindo o aborto, a homossexualidade, a Emenda dos Direitos Iguais (ERA), ações afirmativas, dentre outras pautas progressistas.

Conseqüentemente, os primeiros movimentos anti-pornografia se organizam e iniciam sua atuação contra os abusos e violências causados pela pornografia com grande influência desta perspectiva (SANTANA, 2019).

Ao mesmo tempo em que o moralismo de direita faz surgir um moralismo feminista antissexo protagonizado, dentre outros, por setores do movimento contra a pornografia – impulsionado pela retórica normatizadora da *New Right* – surge também, em contraposição, uma vertente oposta que seria chamada de *sex positive* – pró-sexo, anti-censura – da qual um dos principais representantes foi o grupo lésbico sadomasoquista, surgido em 1978, denominado *Samois*. O mesmo defendia as apostas e alternativas sexuais como o sadomasoquismo, contrariando a máxima de que os jogos de dominação e submissão constituem apenas relações heterossexuais (GREGORI, 2016).

Esse antagonismo foi protagonizado principalmente pelo grupo *Samois*, de um lado, e pelo *Women Against Violence in Pornography and Media* (WAVPM, por sua sigla em inglês) e pelo *Women Against Pornography* (WAP, por sua sigla em inglês), citados anteriormente, do outro. Esses movimentos destacaram-se nas décadas de 1970 e 1980 enquanto representantes das duas principais tendências de debates que mobilizaram esse período e segmentaram-se em duas correntes do pensamento feminista, dividindo ainda hoje pensamentos acerca da relação entre sexualidade e pornografia.

Estes grupos antipornografia, os quais alguns/as estudiosas/os do campo denominam como relacionados ao feminismo radical (FERGUNSON, 1984 apud GREGORI, 2016) eram integrados por mulheres que rejeitavam o sexo heterossexual não somente devido a uma questão de orientação sexual, mas também por realizarem uma leitura que tais estudiosas/os entendem como determinista sobre as dinâmicas de poder das relações heterossexuais, entendidas enquanto opressivas e desiguais. Catharine Mackinnon foi um dos principais símbolos do movimento feminista radical e construiu as bases teóricas da argumentação a favor da intervenção legal contra a circulação de material pornográfico, construindo também, em conjunto com Andrea Dworkin<sup>10</sup>, uma lei antipornografia. Ao mesmo tempo em que feministas pró-sexo defendiam o direito das mulheres de reivindicar seu prazer sexual, o posicionamento anti-pornô ressaltava que pleitear certas práticas sexuais significaria se submeter e colaborar com a misoginia, com o machismo e com as violências que perpassam essa estrutura. Muitas vezes este debate fica polarizado apenas entre uma perspectiva liberal e uma perspectiva feminista radical. Para Mackinnon e Dworkin, a pornografia é:

---

<sup>10</sup> Andrea Rita Dworkin foi uma feminista estadunidense e escritora conhecida por sua crítica à pornografia.

[...] “A subordinação das mulheres apresentadas graficamente de forma sexualmente explícita, seja em retratos ou em palavras, e inclui um ou mais dos seguintes elementos: 1) As mulheres apresentam-se desumanizadas como objetos sexuais, coisas ou bens; 2) como objetos sexuais que desfrutam a dor e a humilhação; 3) como objetos sexuais que experimentam o prazer na violação; 4) como objetos sexuais, amarradas, cortadas, mutiladas, espancadas ou feridas fisicamente; 5) em posturas de submissão sexual, servilismo ou em exibição; 6) se exibem partes do corpo feminino – incluindo mas sem limitar-se a vaginas, seios e nádegas – de maneira que as mulheres ficam reduzidas a essas partes; 7) as mulheres ficam representadas como prostitutas por natureza; 8) são penetradas por objetos ou animais; 9) em situações de degradação, dano, tortura, sujas ou inferiores, sangrando pelos espancamentos ou feridas em um contexto que converte estas condições em sexuais. A pornografia também inclui o uso de homens, crianças ou transexuais no lugar das mulheres”(DWORKIN, 1988, p.26 apud. BENITEZ, 2009, p. 169).

Nessa perspectiva teórica, assim como em outras, nega-se que a pornografia trate apenas de representações. Considera-se que a pornografia tem entre seus principais objetivos difamar ou ofender, por meio de um material que é elaborado performaticamente reforçando relações desiguais de poder entre homens e mulheres, e que retrata as mulheres enquanto objeto sexual. Nessa teoria, nega-se que esses materiais possam ser perpassados por ironia, paródia e transgressão, assumindo que a conexão do espectador entre imagem e experiência é literal. (GREGORI, 2016)

Andrea Dworkin e Catharine MacKinnon compartilham uma concepção de dominação de gênero indissociável da dominação da sexualidade, sendo a sexualidade a base da definição do gênero. [...] De modo bastante estanque, MacKinnon e A. Dworkin descrevem as relações de gênero em dois polos: o masculino, que é detentor de poder, e o feminino, que é destituído dele. Tudo o que diz respeito à construção da sexualidade e do gênero – que são indissociáveis – dá-se num “sistema substantivo” de relações de poder em que os homens exercem poder sobre as mulheres e a pornografia é a quintessência destas relações de poder ou a quintessência da supremacia masculina [...]. E, ao excitar através da erotização da dominação masculina sobre as mulheres, a pornografia constrói as mulheres como subordinadas e lhes tira o status de interlocutoras iguais aos olhos dos homens e aos seus próprios olhos, deste modo, a pornografia “silencia as mulheres”. Por isso, nas palavras de MacKinnon, a pornografia não é apenas discurso, é um “ato da supremacia masculina” e deve ser combatido pela política feminista através de todos os meios, inclusive através das restrições à liberdade de expressão masculina. (FRANCISQUINI; ASSUMPCÃO, 2012, p. 6 apud. SANTANA, 2016, p. 66).

É delicada a questão de que os posicionamentos anti-pornografia ultrapassam o campo dos debates teóricos acadêmicos e sempre transpuseram o debate para a arena da política e da moral. A popularização do movimento *New Right* contribui para maiores intervenções legais no campo da sexualidade, e essa aproximação acaba por gerar uma aliança da vertente feminista radical com a direita estadunidense, travando uma disputa real com produtores, distribuidores e consumidores de todo tipo de material erótico (SANTANA, 2016). A

proposta de lei elaborada por Mackinnon e Dworkin em 1983 consistia na proposta do banimento da produção, distribuição e consumo de pornografia, enquadrando tais ações como crime e também enquanto contribuição para a discriminação de gênero e violação de direito civil. O projeto chegou a ser aprovado em diversas cidades e municípios, mas algum tempo depois foi declarado como inconstitucional pela Suprema Corte Federal estadunidense.

Embora a crítica do feminismo radical em torno da pornografia, da violência de gênero e da objetificação da mulher fossem relevantes na luta pelo fim das opressões de gênero, a agenda governista do período acabou por instaurá-la gerando um contexto de controle sexual e proibicionismo. Consequentemente, as políticas voltadas para o combate da pornografia perderam o enfoque das políticas gênero e combate à violência e logo ganharam conotação de culpabilização de minorias sexuais, com discursos acerca de comportamentos “promíscuos” e “desviantes”, responsabilizando grupos específicos – sobretudo a comunidade LGBTQIA+ - por contribuir para o agravamento de refrações da questão social como o aumento da contaminação pelo vírus HIV e outras Infecções Sexualmente Transmissíveis e o aumento do número de abortos.

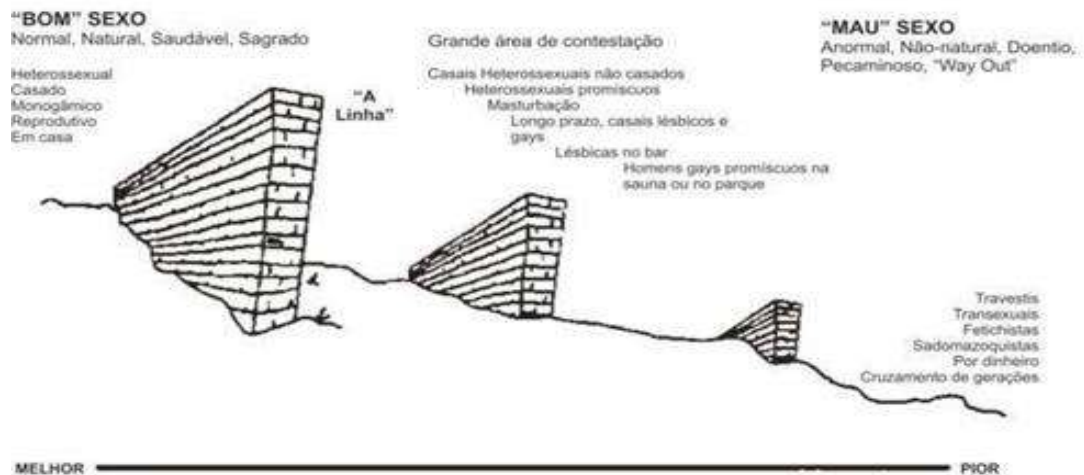
Apesar do discurso anti-pornográfico ser permeado pela luta pelo fim da violência contra a mulher, da misoginia e do estupro, essa retórica, a partir das políticas anti-pornográficas do governo Reagan, gerou resultados negativos no que diz respeito à potencialização de estigmas direcionados à percepção de alguns grupos sociais, como homossexuais, travestis e trabalhadoras/es do sexo. Porém, ainda assim, essa agenda ganhou grande visibilidade e teve considerável aceitação pública ao redor das propostas proibicionistas sobre a pornografia. Com isso, outras vozes levantaram-se no intuito de responder às declarações defendidas pela vertente radical anti-pornográfica.

Com a presença de posições saídas principalmente da comunidade lésbica e do feminismo pró-sexo (muitas vezes de corte liberal), a conferência de 1982 realizada no Bernard College em Nova York caracterizou-se como o início das novas perspectivas que criticavam o essencialismo defendido pela vertente do Feminismo Radical. Esse grupo apoiava as alternativas sexuais que defendem o prazer, inclusive práticas sexuais criticadas por feministas radicais. A antropóloga Carol Vance, advinda da tradição feminista em favor da liberdade sexual, publicou no livro *Pleasure and Danger* (1984) os resultados da conferência de Nova York, que representou um grande marco no campo, pois o livro traz problematizações indispensáveis a respeito da associação da sexualidade aos modelos

coercitivos de dominação e às articulações desses modelos em relação a posições deterministas de gênero.

Dentro da coletânea de Vance, o artigo de Gayle Rubin "*Thinking Sex*" (1984) ressalta que a relação entre o sexo e o feminismo sempre foi complexa, devido ao fato de grande parte da opressão ter sua origem e se constituir a partir da sexualidade, além da atividade sexual ser também um elemento que estrutura a ligação entre gêneros. Essa formulação está ligada ao movimento de liberação sexual dos anos 1960, o qual tem produzido estudos e práticas relativas ao prazer e às escolhas sexuais, como mencionamos. Nesse sentido, Rubin adota uma posição de aliança com as chamadas minorias sexuais propondo uma reconceituação. Nesta, a autora explicita que as práticas sexuais nas sociedades ocidentais modernas se realizam no interior de um sistema hierárquico de valorização sexual no qual a sexualidade aceita e considerada "normal" é aquela exercitada dentro da lógica das relações sexuais heterossexuais monogâmicas, concretizadas pelo casamento e visando à reprodução (GREGORI, 2009).

De acordo com esse padrão hierárquico valorativo apresentado pela autora, de comportamentos e práticas sexuais com as quais a sociedade opera, existem preferências e vivências que atestam o comportamento sexual dos indivíduos enquanto parâmetro de virtude - em concordância com a lógica cristã -, exigindo formalidades específicas. Dessa forma, segundo Rubin, esse tipo de ideário enquadraria certas práticas sexuais como saudáveis e normais, e outras como promíscuas e perigosas. Sob essa lógica, o modelo heterossexual, marital e reprodutivo fica no topo da pirâmide como modelo ideal de sexualidade, ao mesmo tempo em que a base da pirâmide é composta por homossexuais, transexuais, prostitutas, atrizes e atores pornô, e todas as outras formas de sexualidade e práticas sexuais consideradas anormais e nocivas.



**Imagem 1: A hierarquia sexual (SANTANA, 2016)**

Dessa maneira, reivindicar a atuação do Estado e a censura sobre a pornografia e sobre as práticas sexuais seria contribuir com a censura à própria sexualidade e perpetuar o poder que o Estado exerce sobre a mesma. Na medida em que intensificavam-se as críticas anti-pornográficas, o feminismo pró-sexo trazia também novas teorizações e contribuições acerca da sexualidade e da compreensão da pornografia enquanto uma forma de transgressão aos padrões dominantes de corpos, gênero, sexualidades e do desejo. Assim, a inserção do gênero pornográfico no campo político se dá não somente através da atuação controladora do Estado, mas também pela via do feminismo pró-sexo, que defendia a pornografia enquanto um espaço de possibilidades de fala para vozes femininas, minorias sexuais e empoderamento econômico e político (SANTANA, 2016), embora reconhecendo também as relações de exploração, opressão e violência existentes na indústria pornográfica.

### 4.3. A pornografia feminista

O surgimento de novas teorias sociais em meados do século XX possibilitou ao feminismo pró-sexo a construção de leituras alternativas do pornográfico e, a partir da década de 1980, foi potencializado um discurso apoiado nas políticas e discussões que defendiam o potencial multidimensional da pornografia, com o propósito de abrir espaços para diferentes representações de desejos e sexualidades. Nesse contexto, buscou-se integrar diferentes reflexões sobre as experiências femininas, com o objetivo de abrir espaços para a manifestação de alteridades antes marginalizadas. (SANTANA, 2016)



O termo “pornografia feminista” foi apropriado na contemporaneidade por atrizes, produtoras e diretoras que dedicam-se à criação e apresentação de uma pornografia que seja orientada política e teoricamente. Tal estratégia vem sendo posta em prática e se consolidando com o objetivo comum de desarticular e produzir uma crítica ao atual modelo de pornô *mainstream*. A respeito da distinção entre pornografia-feminista e pornografia *mainstream* muitas vezes realizada com o termo “pós-pornografia”, o prefixo “pós” não representa o fim da pornografia tal qual conhecemos. Enquanto gênero pornográfico, a pornografia feminista pode ser definida como:

[...] uma forma de expressão política, cultural, estética e social de retratação do sexo que tem como objetivo mostrar outras formas de corpos, sexualidades, desejos e sexos, quebrando com os padrões mais conhecidos e comercializados, a partir de novos formatos de filmagem, roteiro ou narrativas, quebrando com as ideias retratadas até então no cenário pornô, visando assim ampliar as retratações de sexo e de sexualidade, especialmente dos corpos de mulheres e de corpos queer. Buscando formas alternativas de retratar os corpos e os sexos colocando as pessoas (sejam bio ou trans homens ou mulheres) como autodeterminadas sexualmente. Enfim, acreditando que, dessa forma, as mulheres se empoderarão de suas sexualidades e desejos, quebrando com o papel visto na pornografia *mainstream*. (PÁTARO, 2014, p. 85).

Organizado por Chanelle Gallant, antiga gerente do *sex shop Good For Her*, o *Feminist Porn Awards* (FPA, ou Prêmio de Pornô Feminista) propõe o reconhecimento e celebração das diretoras e diretores que estão revolucionando o pornô, trazendo novas perspectivas inclusivas de representação da diversidade de mulheres, pessoas transexuais e em muitos casos, também de homens, buscando diferenciar-se do pornô *mainstream* tradicional. O prêmio em si é um marco, pois foi pensado e financiado por um *sex shop* que afirma estar direcionada ao prazer das mulheres, bem como por ser o primeiro prêmio exclusivamente para esse gênero de pornografia.

De acordo com a descrição - traduzida por nós - disponível na página online do *Feminist Porn Awards* (2021), a pornografia feminista possui os seguintes elementos cinematográficos:

- Os atores (homens, mulheres, pessoas trans, pessoas não binárias) são tratados com respeito, pagos de forma justa, dada a escolha e condições éticas de trabalho, com autonomia em seu trabalho.

- Os diretores (homens, mulheres, pessoas trans, pessoas não binárias) colaboram e incorporam os próprios desejos e fantasias sexuais dos atores (o que também contribui para cenas melhores).
- Ele expande os limites da representação sexual no filme e desafia os estereótipos, especialmente de mulheres e comunidades marginalizadas.
- O prazer realista é retratado. (FEMINIST PORN AWARDS, 2021)

A primeira cerimônia do evento aconteceu em 2006 e foi realizada no Gladstone Hotel, na cidade de Toronto, Canadá. Nessa época, o evento possuía seis categorias e premiou a diretora Candida Royalle na categoria *Lifetime Achievement in Women's Erotica* (Realização de Vida no Erotismo para Mulheres). Royalle é uma figura relevante quando tratamos de pornografia feminista, pois foi a primeira mulher a criar um espaço de produção de filmes para mulheres, o *Femme Productions*. Sua produtora existe desde 1984 e inaugurou a ideia de uma pornografia “para o olhar das mulheres” (PATARO, 2014).

Logo após o primeiro evento FPA, a premiação seguiu crescendo e em 2007, já reformulada, contava com 12 categorias para premiação. Por portar o título de pioneira dentro de um ramo como a pornografia, dominado por diretores, escritores e produtores homens, Royalle ainda pode ser considerada como uma referência na produção de pornô para mulheres. Destacam-se ainda nomes como Erika Lust e Tristan Taormino, como grandes referências atuais da indústria quando se trata da produção de longas alinhados às ideias da pornografia feminista.

A partir do ano de 2008, a diretora Erika Lust alcança grande destaque na premiação, tendo filmes vencedores por vários anos consecutivos. Seu primeiro longa-metragem, *Five Hot Stories for Her*, ganhou a categoria Filme do Ano em 2008. No ano de 2009 e 2010, a diretora recebeu menção honrosa pelo filme *Barcelona Sex Project* e foi premiada com o Melhor Curta do Ano, por *Handcuffs*. Nas edições do ano de 2011 e 2012, novamente Erika Lust se sobressai no evento, sendo premiada na categoria Filme do Ano pelos longa-metragens *Life, Love Lust* e *Cabaret Desire*<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> Tratando-se dos critérios de avaliação dos filmes que são submetidos ao *Feminist Porn Awards* para a indicação de prêmios, os elementos analisados são: qualidade, inclusão, inovação e sensualidade, partindo da ideia de que os filmes e sites selecionados pelo FPA têm o objetivo de apresentar diferentes tipos de pessoas a diferentes tipos de públicos, para que os mesmos possam enxergar a si e seus desejos refletidos na tela. Destaco aqui estes critérios de premiação no intuito de identificar o que tais elementos podem nos dizer a respeito do que é o pornô feminista, e quais componentes um filme precisa ter para que esteja qualificado a concorrer nas categorias do evento e ser premiado dentro desse gênero.

Além da referência do enfoque feminino na idealização e produção de filmes, a *Femme Productions* também inovou no investimento de novas estratégias de gravação visando proporcionar maior conectividade entre os personagens, além de trazer a proposta de exibição da diversidade do corpo feminino e de atrizes de diferentes idades, sobretudo mulheres mais maduras, buscando diferenciar-se do pornô *mainstream* tradicional. Novos ângulos e enquadramentos também são usados, como por exemplo o maior enfoque dos rostos das atrizes/atores, enquadramentos como o *Point Of View* (Ponto de Vista ou POV) valorizando ângulos mais abertos e evitando o enfoque excessivo nas áreas genitais ou seios, que são métodos comumente utilizados no formato *mainstream*. Segundo Williams (1989), essas produções foram importantes caminhos para que mulheres “comuns” e mais conservadoras pudessem também refletir sobre sua sexualidade.

[...] pornografia para mulheres poderia ser, e até certo ponto já é, uma arena importante para esta mudança, especialmente se é uma pornografia que possa combinar o afeto, cuidado da maternidade com a representação sexual. Como notado antes, pornografia é uma das poucas áreas narrativas em que as mulheres não são punidas ou culpadas por mostrarem seu desejo sexual, mesmo quando esse desejo são tabus [...] E se mães devem ser eróticas e aventureiras, assim como cuidadosas e carinhosas, então porque não essa imagem para mulheres casadas [...] Ao menos isto é claro: não é mais decisão só do homem dizer o que é ou não excitante na pornografia. (WILLIAMS, 1989, p. 233-64 apud. SANTANA, 2016, p. 87. livre tradução)

O fato de ex-atrizes pornô fundarem suas próprias produtoras e começarem a criar e dirigir filmes pornográficos, construídos a partir de perspectivas políticas mais inclusivas, gerou um grande impacto num território que é historicamente dominado por diretores, escritores e produtores homens. No entanto, a proposta de uma “visão feminina” da pornografia e a tentativa de definir o que seria “o prazer das mulheres” ficou sujeita ao risco de enquadrar o desejo feminino em novos padrões, uma vez que essa proposta de subgênero retoma de certa maneira a linguagem tradicional do pornô e certa essencialização do que corresponderia ao desejo sexual de mulheres heterossexuais e lésbicas representadas nos filmes.

[...] todos os personagens de Candida só existem enquanto praticantes de sexo. Não há vida para além da entrega aos prazeres sexuais. [...] Ainda que haja uma inversão dos papéis, a mulher sendo o sujeito controlador das transas, ela atua neste papel tal qual fazem os homens no pornô “tradicional”. Portanto, apesar de propor uma representação contra-hegemônica da mulher, Royalle constrói essa representação a partir, e dentro de, uma obra que reproduz aquilo que é dominante no fazer sexo da indústria pornô. (FERNANDES, et al, 2009 apud. SANTANA, 2016, p.87).

Ainda que reproduzindo alguns padrões na forma de atuação das atrizes e em outras maneiras de representação, os esforços feministas na criação de filmes e vídeos que se dissociam do modelo predominante do pornô *mainstream* nunca tiveram regras específicas e tampouco modelos demarcados de roteiros que direcionariam a atuação e produção do pornô feminista. Dessa maneira, a partir de desafios e acertos, têm sido abertas possibilidades criativas e de autocrítica, nas quais esse subgênero tem se desenvolvido a partir do movimento dos debates e do dinamismo das performances.

De acordo com Santana, (2016) se nos anos 1980 a preocupação girava em torno da problematização do gênero pornográfico e da necessidade de uma “visão feminina”. Isso se modifica a partir dos anos 2000, nos quais se instaura uma maior preocupação acerca do consumo e da necessidade de repensar a iconografia pornográfica. Apesar das mudanças trazidas pelo pornô feminista, questões ligadas às representações simbólicas ainda fazem parte das pautas de discussão, as quais passaram a refletir sobre o impacto dos discursos pornográficos na cristalização de saberes e poderes, principalmente sobre determinados grupos que são colocados à margem da sociedade patriarcal e heteronormativa.

Dessa maneira, a intenção da pornografia feminista/*queer* moderna seria, de acordo com Baltar (2014, p. 135 apud. SANTANA, 2016, p.89) uma reapropriação dos códigos de gênero como discurso de resistência, questionando o lugar de fala tradicionalmente atribuído a ela, a partir de um processo de diálogo construído pelos movimentos feminista, gay e negro.

A pornografia feminista da contemporaneidade, portanto, tomou formas de uma utopia política, sexual e libertária, dentro de um mercado tão saturado e androcêntrico como se tem no Ocidente. Nesse contra-discurso pode ser identificado uma nova geração de e atrizes, atores e “pornógrafas”, que endossaram a produção de material feminista, não restringido apenas a filmes, como também de livros, guias, palestras e ativismo que agregam as pautas sobre educação sexual e sexualidade. Dentre as figuras e produtoras mais atuantes estão a veterana Annie Sprinkle e Candida Royalle, Nina Harley, Courtney Trouble, Jennifer Lyon Bell, Jiz Lee, Tristan Taormino, Erika Lust, Gala Vanting, Buck Angel e Petra Joy - entre outros - e as produtoras Pink and White Productions (EUA), Lust Films (espanha), Good for Her Productions (Canadá), Triangle Films (EUA), Easy on The Eye (Reino Unido), entre outras de porte menor. (SANTANA, 2016, p. 89-90).

Logo, um dos elementos de diferenciação que podem ser elencados entre a pornografia feminista e a pornografia *mainstream* é a tentativa de inclusão e representação da diversidade dos corpos e das sexualidades, investindo na visibilidade de sujeitos mantidos a margem, como gays, lésbicas, bissexuais, transexuais, intersexuais, atrizes e atores fora do padrão, dentre tantos outros que não se encaixam na norma ocidental hetero e que fazem de seus corpos e de sua sexualidade um lugar de resistência. Dessa maneira, um dos métodos que o

pornô feminista utiliza para se diferenciar do pornô *mainstream* é a exteriorização de tipos corporais, genitais, identidades e praticas sexuais que se contrapõem aos padrões normativos.

Em contrapartida, existem estudiosas feministas anti-pornografia que criticam o pornô feminista, afirmando que o mesmo não existe, e que explora as mulheres igualmente. Gail Dines (autora de diversas obras sobre pornografia e ligada à vertente feminista radical), em entrevista para a revista *trip* (2019), ao ser questionada sobre o que acha das produções pornô classificadas enquanto feministas, afirma que o ato de assistir pornografia é ser espectador de algo que deveria ser o momento mais íntimo de uma pessoa. Cita também a produtora Erika Lust, e afirma que o material produzido pela mesma não tem nada de feminista, dando como exemplo o documentário *Hot Girls Wanted: Turned On* (2017), disponível na plataforma de *streaming Netflix*.

No referido documentário, é retratada uma cena em que uma pianista é convidada por Lust para fazer uma cena. No decorrer da gravação, a pianista pede para que a cena seja interrompida, devido ao desconforto físico que sente por conta do desempenho do ator que contracenava com ela. Para que a gravação da cena fosse finalizada, Lust pede para que a atriz finja o orgasmo e, no final, abraça-a, aparentemente como um pedido de desculpas. Para Dines, a pornografia é o mesmo que uma forma de escravidão sexual, que explora o corpo das mulheres e perpetua o machismo e a dominação do homem sobre a mulher, sendo o único caminho possível o fim da indústria (DINES, 2019).

Nessa perspectiva, seguindo as reflexões da crítica feminista anti-pornografia ao feminismo liberal pró sexo, a indústria pornográfica é um mercado que mercantiliza o corpo da mulher, sempre as colocando como subalternas. Logo, enquanto inserida e funcionando no contexto dessa indústria, a pornografia feminista em nada contribui para a emancipação feminina e para o fim das opressões de gênero; não desafia a ordem social e, por isso, não pode ser considerada feminista. Enquanto a sexualidade for uma mercadoria para simplesmente ser embalada e vendida, essa indústria seguirá atuando e se alimentando da objetificação da imagem da mulher.

O fato de Erika Lust ter contratado um *performer* masculino advindo do *mainstream* tradicional e solicitado que a atriz convidada fingisse seu orgasmo vai contra alguns dos objetivos propostos pela pornografia feminista, sobre a valorização e retratação do prazer realista de seus personagens e a incorporação de seus próprios desejos e fantasias sexuais. Independente de sua classificação como subgênero e da suposta produção direcionada para o consumo de mulheres, os homens também permanecem enquanto grandes consumidores de

tal material e os filmes seguem em alguma medida normalizando comportamentos que não são comuns em relacionamentos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo ao trazer para esta monografia o debate em torno da indústria pornográfica *mainstream* é, antes de tudo, ampliar e suscitar discussões ao redor de uma temática que é tão pouco debatida, seja em nossos círculos de convivência, seja no âmbito acadêmico. Temas que são tidos como “polêmicos”, a exemplo deste, precisam ser estudados e destrinchados, a fim de que sejam abertas novas possibilidades de reflexão e entendimento sobre os muitos aspectos de nossa sociabilidade que são atravessados pela pornografia *mainstream* e pela indústria do sexo. Somente a partir disso também será possível a construção de novas percepções e de novas formas de pensar a pornografia, refletindo juntamente sobre as contradições que integram esse universo.

No decorrer do desenvolvimento deste trabalho, foi identificada também a escassez de materiais referentes a estudos sobre sexualidade e pornografia a partir da perspectiva marxista. Tal fato aponta para a importância do desenvolvimento de mais pesquisas e análises sobre o tema a partir do método materialista histórico-dialético, compreendendo que questões referentes ao trabalho, exploração e relações raciais, de gênero e classe também atravessam esse ramo e devem ser investigadas, além de também contribuir para a compreensão dos reais impactos e influência que conteúdos pornográficos têm sobre a construção de nossa sociabilidade e em nossas relações sociais, bem como as sexualidades, práticas sexuais e representações de gênero têm sido construídas e disputadas pela indústria pornográfica na contemporaneidade.

No primeiro capítulo apontamos, a partir de um resgate histórico, como as noções de sexualidades “saudáveis” e “nocivas” foram construídas, a partir dos parâmetros estabelecidos pela classe dominante, juntamente com o que representam os termos “erótico” e “pornográfico”, os quais são empregados no intuito de distinguir socialmente obras, imagens ou filmes/vídeos direcionados para o consumo aberto de distintas classes sociais. Como afirmado anteriormente, as sexualidades e práticas sexuais legítimas são aquelas que se enquadram nos limites estabelecidos pela “civildade” e pelos padrões heteronormativos e racistas da reprodução capitalista. No contexto da indústria pornográfica, as concepções sobre o que é entendido como erótico e pornográfico estão em constante modificação, pois estão sujeitas a leis e normas, que são sempre atravessadas por disputas e, principalmente, pela ideologia dominante.

No capítulo dois, foi focado o processo de construção e surgimento dos primeiros filmes pornográficos, passando principalmente pela produção e exibição do cinema

pornográfico estadunidense e no Brasil como produtor e exibidor de filmes pornô nacionais e estrangeiros. A partir desta análise, foi possível constatar que, desde seu surgimento, tais filmes foram construídos a partir da lógica heteronormativa e racista da sociedade capitalista, atravessados pelo ideário machista, racista e misógino, o que resulta na reprodução simbólica e construção de uma sexualidade feminina direcionada especificamente para a satisfação dos desejos do homem heterossexual. Com o passar dos anos e com as modificações na indústria, influenciadas principalmente pelas transformações tecnológicas e culturais, o advento da internet potencializou a ampliação e o alcance do material audiovisual, o qual hoje compõe uma das centenas de ramificações da indústria pornográfica.

No capítulo três, foi possível observar como as representações de gênero exibidas pela pornografia audiovisual *mainstream* são atravessadas por opressões e determinações estruturais de gênero e raça e construídas para atender ao imaginário sexual masculino heterossexual e racista próprio da sociabilidade capitalista. Toda a estrutura do filme, sobretudo as performances desempenhadas pelas pessoas envolvidas na atuação, são pensadas coreograficamente; o foco das imagens e da interação sexual entre os atores/atrizes pode ser utilizado como um dos indicadores da delimitação sobre em qual dos corpos o prazer estará concentrado.

Como apontado, ainda que exista uma tendência nas produções audiovisuais pornográficas de tentativa de equilíbrio nas representações dos gêneros, as estéticas de filmes pornográficos mais consumidos são as que retratam a sexualidade tida como “legítima”. Logo, ainda que considerada transgressiva, a pornografia retrata e reitera os papéis de gênero socialmente estabelecidos. Tratando-se da ramificação inter-racial e de outros subgêneros explicitamente racistas no pornô, a mesma é construída a partir da potencialização e reiteração de fetiches e estereótipos atribuídos a pessoas de outras raças/etnias que não o padrão branco europeu/estadunidense, colocado como universal.

No quarto e último capítulo, resgatamos o debate em torno da “Revolução Sexual” de 1960, traçando uma reflexão sobre como o debate político e social da época em torno da sexualidade, do moralismo e dos direitos sexuais e reprodutivos contribuíram não somente para a legalização da pornografia, mas também com a luta contra estigmas impostos a grupos que têm sua sexualidade enquadrada como inadequada, como a população LGBTQIA+. Existe uma intensa divergência dentre os feminismos no que diz respeito à pornografia, sua venda e seu consumo. Feministas radicais apresentam argumentos relevantes referentes à violência à qual a indústria pornográfica submete as mulheres que em algum nível consomem



ou produzam conteúdo; de outro lado, temos apontamentos de feministas liberais sobre o direito das mulheres à escolha e de feministas de outras concepções teórico-metodológicas, inclusive a marxista, sobre os essencialismos e o moralismo incorporado em boa parte das críticas ditas radicais. No entanto, é possível destacar o ponto em comum de que todas estas concepções denunciam, em certo grau, como a indústria pornográfica e grande parte dos produtos que envolvem a sexualidade são perpassados pelo machismo, misoginia e sexismo, refletindo o legado da tradição sociocultural baseada nas desigualdades (SANTANA, 2016).

Nesse aspecto, surge ainda a pornografia feminista, que pode ser compreendida como uma forma de transgressão aos padrões dominantes de corpos, gênero, sexualidades e do desejo, se apresentando como uma reimaginação política da pornografia e se colocando como um contraponto ao padrão de representações do corpo da mulher, que é produzido pelo pornô *mainstream* heterossexual. Mesmo que as “rupturas” da iconografia pornográfica feminista não passem de releituras de velhos padrões que revisitam a ideia de que as mulheres têm preferência por produções eróticas, elas também provocam a moral e padrões através da exposição de sexualidades lésbicas, transexuais, transgêneros, heterossexuais e *queer*. Na ordem prática, merece destaque a dimensão que levanta importantes questões referentes à segurança das atrizes, a obrigatoriedade do uso de preservativos durante os filmes/vídeos e o respeito a todas as atrizes e atores.

As questões que permeiam o debate sobre a pornografia em nossa sociedade são extremamente complexas, e seguem abertas para estudos futuros.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço. DIRETRIZES GERAIS PARA O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL (Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996). Rio de Janeiro, 1996.
- ABREU, Nuno Cesar. O olhar pornô: A representação do obsceno no cinema e no vídeo. São Paulo: Alameda, 2012. 2. ed.
- ALBERTINO, Simone. A imagem feminina nos cartazes da Pornochanchada e do Cinema Marginal. In: III Congresso Internacional de la Asociación Argentina de Estudios de Cine y Audiovisual, 2012.
- BENITEZ, Maria Elvira Diaz. Nas redes do sexo: Bastidores e cenários do pornô brasileiro. PPGAS / MN /UFRJ, Rio de Janeiro, 2009.
- BRANDÃO, Renata Rodrigues. Revolução sexual e sexualidades “ex-cêntricas”: análises das práticas discursivas sobre “identidades sexuais” em revistas brasileiras (1969-1979). In: Revista Esboços, Florianópolis, v. 23, n. 35, p. 118-144, set. 2016.
- COSTA, Claudia de Lima. O sujeito no feminismo: revisitando debates. In: Cadernos pagu (19) 2002: pp.59-90.
- CRENSHAW, Kimberlé. A interseccionalidade da discriminação de raça e gênero. 2002.
- CRESTANI, Aline Michelli. “Eu sou uma pessoa normal, entendeu?”: Gênero, corpos e subjetividades na pornografia. Toledo, 2019.
- D’ABREU, L.C. F. Pornografia, desigualdade de gênero e agressão sexual contra mulheres. Psicologia & Sociedade, 25(3), 592-601, 2013.
- DESPENTES, Virginie. Teoria King Kong. São Paulo: n-1 edições, 2016.
- DINES, Gail. How Porn Has Hijacked Our Sexuality. Beacon Press, Boston, 2011.
- DINES, Gail (Entrevista). “Pornografia Feminista Não Existe”: Um papo direto e reto sobre pornô e o comportamento masculino com a feminista e ativista antipornografia. [Entrevista concedida a] Trip para mulher (TPM). Revista *trip* - UOL. Maio, 2019.
- DWORKIN, Andrea. *Pornography: Men possessin women*. New York, Plume, 1981.
- FARIA, Carla Soares. *OMNIA MUNDA MUNDIS*. Para os Castos tudo é Casto: A Erotização dos corpos e a Experiência da Pornografia Amadora nas Esferas Telemáticas. Belo Horizonte, 2010.
- FEMINIST PORN AWARDS: Stream Curated Independant Adult & Erotic Films*. “What is Feminist Porn?”. 2021. Disponível em: <<https://www.feministpornawards.com/what-is-feminist-porn-2/>>. Acesso em: 05.Nov.2021.
- FORTI, Valeria; GUERRA, Yolanda. Projeto Ético-Político do Serviço Social: Contribuições a sua Crítica. Editora Lumen Juris, Rio de Janeiro, 2015.

- FREIRE, João. Prazeres desprezados: a pornografia, seus consumidores e seus detratores. *Revista Lugar Comum*, N. 12, pp. 65-85. 2000
- GRANT, Melissa Gira. Dando uma de puta: a luta de classes das profissionais do sexo. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.
- GREGORI, Maria Filomena. Erotismo, mercado e gênero: Uma etnografia dos sex shops de São Paulo. In: *Cadernos pagu* (38), janeiro-junho de 2012:53-97
- GREGORI, Maria Filomena. Prazeres Perigosos: erotismo, gênero e limites da sexualidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- GREGORI, Maria Filomena. Relações de Violência e Erotismo. In: *Cadernos pagu* (20) 2003: pp.87-120.
- HARAWAY, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. In: *Cadernos pagu* (22) 2004: pp.201-246.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na cena contemporânea. In: *Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais*. CFESS, 2009.
- IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raúl de. Relações Sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 2014.
- KEMPADOO, Kamala. Mudando o debate sobre o tráfico de mulheres. In: *Cadernos pagu* (25), julho-dezembro de 2005, pp.55-78.
- LAMAS, Caio Túlio Padula. Boca do Lixo: Erotismo, pornografia e poder no cinema paulista durante a ditadura militar (1964-1985). São Paulo, 2013.
- LEITE JÚNIOR, Jorge. Das maravilhas e prodígios sexuais a pornografia “bizarra” como entretenimento. São Paulo: Annablume, 2006.
- LEITE JÚNIOR, Jorge. Labirintos conceituais científicos, nativos e mercadológicos: pornografia com pessoas que transitam entre os gêneros. *Cadernos pagu* (38), janeiro-junho de 2012:99-128.
- LÓPEZ, Susana. Os marxistas e a prostituição. *Esquerda Marxista*, 2019. Disponível em: <<https://www.marxismo.org.br/os-marxistas-e-a-prostituicao/>>. Acesso em: 05.Nov.2021.
- MACEDO, Camila; NOGUEIRA, Juslaine Abreu. Pós Pornografia e a produção discursiva das sexualidades dissidentes – Um estudo sobre a heteronormatividade nas representações de gênero. In: 6ºSBECE: Seminário Brasileiro de Estudos Culturais e Educação / 3º SIECE: Seminário Internacional de Estudos Culturais e Educação, 2015.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã: Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). Boitempo Editorial, 2007.
- MENDES, Thales Sant’Ana Ferreira. LIVROS, IMPRENSA E OBSCENIDADE: A INVENÇÃO DA PORNOGRAFIA NO BRASIL. In: *Revista MEMENTO - ISSN 1807-9717* Departamento de Letras - UNINCOR V. 10, N. 1 (janeiro-junho de 2019).

MESSIAS, Tamyres Laysla; AMORIM, Malú Flávia Porto. *RELAÇÕES AFETIVAS HETEROSSEXUAIS E MULHERES NEGRAS: OBJETO SEXUAL E SOLIDÃO*. In: *Feminismo em América Latina: Espirales*, n. IV, Vol. II, Out. 2019.

MIKOS, Camila Macedo Ferreiras. *Produzir o sexo verdadeiro, regular o sexo educado: aproximações entre o cinema pornô e a educação sexual*. Curitiba, 2017.

MORGANTE, Mirela Marin; NADER, Maria Beatriz. *O patriarcado nos estudos feministas: um debate teórico*. In: *XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e práticas científicas*, 2014.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. *Economia política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2010. – (Biblioteca básica de serviço social; v.1)

OPPEN, Florence. *O feminismo radical e o surgimento das teorias do patriarcado – Um ponto de vista marxista*. In: *Revista Marxismo Vivo: Nova época*. v. 06, n. 07, dezembro, 2015, ISSN: 2175-2281 – São Paulo: Liga Internacional dos Trabalhadores:2015.

PARREIRAS, Carolina. *Altporn, corpos, categorias e cliques: notas etnográficas sobre pornografia online*. *Cadernos pagu* (38), janeiro-junho de 2012. 197-222.

PÁTARO, Carolina Ribeiro. “Os homens atuam e as mulheres aparecem”. *Marcos pornográficos e pornografia mainstream*. In: *Revista Sociologias Plurais*; Vol 3, N. 2, 2015.

PÁTARO, Carolina Ribeiro. *Tchau Tchau velho pornozão?: A pornografia feminista de Erika Lust como narrativa reflexiva da sexualidade*. Curitiba, 2014.

PISCITELLI, Adriana; “Apresentação: gênero no mercado do sexo”. *Cadernos Pagu*, 2005 (25), Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP

PRADA, Monique. *Putafeminista*. São Paulo: Veneta, 2018. (Coleção Baderna)

PRECIADO, Beatriz. *Manifesto Sexual: Práticas subversivas de identidade sexual*. São Paulo: n-1 edições, 2014.

RAMALHO, Néelson. *O trabalho sexual: discursos e práticas dos assistentes sociais em debate Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana*, núm. 12, diciembre, 2012, pp. 64-91 Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos Ríó de Janeiro, Brasil

RODRIGUES, Victor César Fernandes. *Os extremos da mercantilização da vida social na contemporaneidade do capitalismo. Uma análise à luz do fetichismo da mercadoria*. In: *Revista SER Social: NOVA DIREITA, ESTADO E POLÍTICA SOCIAL*. Brasília, v. 21, n. 45, julho a dezembro de 2019.

ROPELATO, Jerry. *Internet Porn Statistics. TopTenREVIEWS*, 2013.

RUBIN, Gayle. *The Traffic in Women. Notes on the “Political Economy” of Sex*. In: REITER, Rayna (ed.) *Toward an Anthropology of Women*. New York, Monthly Review Press, 1975.

- RUBIN, GAYLE. *Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality* (1984). In: ABELOVE, Henry; BARALE, Michèle e HALPERIN, David. (eds.) *The Lesbian and Gay Studies Reader*. Nova York, Routledge, 1993.
- SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis, Vozes, 1976.
- SANTANA, Camila Martins. *Da pornografia à pornoteoria: desafios e reimaginações feministas*. Brasília, 2016.
- SANTANA, Léa Menezes de; RUBIM, Lindinalva da Silva. *Feminismo e Pornografia: Distanciamentos e aproximações possíveis*. Universidade Federal da Paraíba – UFPB, 2012.
- SILVA, Júlio César Casarin Barroso. *Liberdade de expressão, pornografia e igualdade de gênero*. In: *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, janeiro-abril/2013.
- SILVA, Pâmela Santos da. *Os fundamentos da relação entre a categoria trabalho e o serviço social na contemporaneidade*. VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2017.
- SILVA, Vera Lucia Marques. *A psiquiatrização do sexo não normativo: BDSM e a 5ª revisão do manual diagnóstico e estatístico de doenças mentais*. In: *Revista de Antropologia: Vivência* n.48, 2016.
- TEIXEIRA, Joaquin Barata; BRAZ, Marcelo. *O Projeto Ético-Político do Serviço Social in: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais – CFESS*, 2009.
- VANCE, Carole S (ed). *PLEASURE and DANGER: exploring female sexuality*. Thorsons, 1985.
- VANCE, Carole S. *A Antropologia Redescobre a Sexualidade: Um Comentário Teórico*. *PHYSIS – Revista de Saúde Coletiva*. Vol. 5, n. 1, 1995.
- WILLIAMS, Linda. *Hard core : power, pleasure, and the frenzy of the visible*. University of California Press, 1946.
- WILLIAMS, Linda. *Porn Studies*. Duke University Press. Durham and London, 2004.
- WILLIAMS, Linda. *Screening Sex: Revelando e dissimulando o sexo*. *Cadernos pagu* (38), janeiro-junho de 2012:13-51.